



Inês Cristiana Robalo Diogo

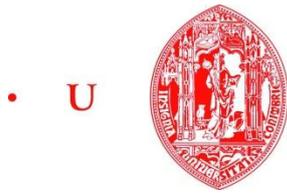
O papel da União Europeia no contexto das Revoluções das Rosas e Jasmim

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, sob a orientação da Professora Doutora Maria Raquel de Sousa Freire, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Julho de 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



• U •

FEUC

FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Inês Cristiana Robalo Diogo

O papel da União Europeia no contexto das Revoluções das Rosas e Jasmim

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz e de Segurança, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutora Maria Raquel de Sousa Freire

Coimbra, 2014

Imagem da capa disponível em:

The Council for the National Interest - CNI (2014), "European Union Announces Renewed Support for Palestinians". Página consultada em 22 de junho de 2014, <http://www.councilforthenationalinterest.org/new/european-union-announces-renewed-support-for-palestinians/#.U5sxf7FOxco>

Resumo

A onda de revoluções da Primavera Árabe tem sido ultimamente alvo de particular atenção de especialistas em questões do Norte de África e Médio Oriente, assim como de instituições como a UE. Sendo que a primeira destas Revoluções a surgir, a Revolução Jasmim na Tunísia ofereceu ao Ocidente razões que faziam crer na ocorrência de uma transição democrática. Em termos paralelos, também a Revolução das Rosas, ocorrida em 2003, na Geórgia, fomentou a esperança para os ocidentais de que daí para a frente o país se tornasse numa democracia. No entanto, atualmente, nem a Geórgia nem a Tunísia são países considerados democráticos. Embora não sendo certamente o principal responsável para o fracasso destas transições, a UE assume algumas responsabilidades que não devem de todo ser descuradas. Assim sendo, o propósito desta dissertação é estudar o papel da UE tanto na Revolução Jasmim como na Revolução das Rosas, sendo que para tal é imperativo avaliar a influência da União para o Mediterrâneo e da Parceria Oriental, inseridas no âmbito da PEV. Para esta análise, é fundamental também considerar a preponderância de outros atores internacionais, nomeadamente dos EUA e da Rússia, estudando, dessa forma, o seu comportamento ao longo destas duas Revoluções, o que implica, automaticamente, retirar conclusões sobre a sua influência na execução dos vários planos europeus.

Ao longo desta dissertação, é analisado o conceito de democracia uma vez que este é um dos princípios fundamentais que norteia a atuação da UE. Importa analisar a forma como este conceito se refletiu na atuação da UE, tendo em conta que esta instituição é assolada pelo problema do défice democrático, que muitas vezes impede uma resposta mais clara e coerente em processos de transição democrática. Além disso, existem diversas interpretações sobre o conceito de democracia, o que leva a que seja frequentemente criticado pelos países em transição a imposição de um tipo de democracia, não condizente com as suas práticas religiosas, por exemplo. Neste âmbito, a relação intrínseca entre direitos humanos e democracia, inquestionável para a UE, pode ser um entrave ao entendimento entre a UE e países como a Tunísia. Deste modo, impõe-se como central o diálogo intercultural que pressupõe o respeito entre culturas diferentes. Ao aderir a este princípio, a UE completa-se enquanto agente democrático,

capaz de aceitar culturas diferentes, que por seu turno, procuram também aproximar-se da União, visando os benefícios mútuos que podem advir destas relações.

Conceitos: Revolução das Rosas, Revolução Jasmim, democracia, PEV, diálogo intercultural

Abstract

The wave of the Arab Spring Revolutions has recently been subject of particular attention from analysts focusing on the Middle East as well as from institutions, such as the EU. Being the first of these revolutions to arise, the Jasmine Revolution in Tunisia gave reasons to the West to believe in the occurrence of a democratic transition process. Similarly, the Rose Revolution, which took place in 2003 in Georgia, raised the Western hope that it constituted a turning point in the country's transition process towards a democracy. However, nowadays, neither Georgia nor Tunisia are considered democratic countries. Although it was certainly not the main responsible for the failure of these transitions, the EU has some responsibilities which should not be neglected. Therefore, the purpose of this dissertation is to study the role of the EU both in the Jasmine Revolution and in the Rose Revolution, looking into the influence of the EU through the Union for the Mediterranean and the Eastern Partnership, policies included in the context of the ENP. For this analysis, it is also crucial to consider the role of other international actors, particularly, the USA and Russia. By studying their positions during these two Revolutions, it is possible to draw some conclusions about their influence in the implementation of the european plans.

This dissertation starts from the analysis of the concept of democracy as it is one of the fundamental principles that guides the actions of the EU. It is important to think about how this concept has been reflected in the role of the EU, considering that this institution is affected by the democratic deficit, which prevents a consistent answer to the democratic transition processes. As there are several interpretations of what means democracy, the imposition of one single type of democracy is often criticized by the involved parties (the countries in transition and its neighbours) because in some aspects that model is not in accordance with their religion, for example. The relationship between human rights and democracy, which is unquestionable for the EU, may become a barrier to future agreements in countries like Tunisia. Thus, in this context, intercultural dialogue becomes central, a principle that requires the respect for different cultures. By joining this principle, the EU reinforces itself as a democratic agent, capable of accepting different cultures and in turn also seeks closer relations to the EU, envisaging the mutual benefits that might result from this relationship.

Keywords: Rose Revolution, Jasmine Revolution, democracy, ENP, intercultural dialogue

Agradecimentos

A elaboração desta dissertação exigiu de mim muitos meses de esforço. Para que o melhor de mim transparecesse nestas páginas de reflexão científica, foi fundamental o apoio das pessoas que me rodearam durante todo este processo. Sendo assim, agradeço:

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Raquel de Sousa Freire, pelo seu contributo não só em termos científicos como também em termos motivacionais e por toda a disponibilidade demonstrada ao longo do tempo;

Às Professoras Doutoras Carmen Amado Mendes e Elsa Lechner, pelo seu conhecimento metodológico e apoio moral sem os quais não seria possível a concretização deste trabalho.

Aos meus pais Vitorino e Fernanda Diogo, que como sempre mostraram todo o seu amor incondicional e me deram um suporte que só um pai e uma mãe conseguem dar.

Ao meu namorado Carlos Pinto, por todo o afecto, paciência e estabilidade que um projeto desta envergadura exige.

À minha irmã Paula Diogo e seu namorado Daniel Cardoso, por toda a coragem dada para que esta dissertação se tornasse real.

À Milene Silva, Patrícia Gonçalves, Rita Lopes, Henrique Canha, João Vieira, Marta Gregório e Joana Ventura, que estiveram sempre presentes mesmo quando não era possível o contacto direto.

A todos os meus colegas de Mestrado em Relações Internacionais, que através dos seus conselhos, proporcionaram um maior enriquecimento da minha dissertação.

À restante família, amigos e colegas que se cruzaram comigo durante este período e que de certa maneira possibilitaram a conclusão bem-sucedida deste trabalho.

Lista de Siglas

EUA - Estados Unidos da América

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

PEV - Política Europeia de Vizinhança

SPRING - *Support to Partnership Reform and Inclusive Growth*

UE - União Europeia

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1. As transições democráticas em estudo: conceptualização do termo "democracia" e sua importância no mundo atual.....	5
1.1. O que é democracia?.....	5
1.1.1. Democracia: diferentes perspectivas do conceito.....	5
1.1.2. Os tipos de democracia	9
1.1.3. O impacto da democracia liberal na Geórgia e na Tunísia	13
1.2. Transições democráticas	17
Capítulo 2. O papel da União Europeia no âmbito da Política Europeia de Vizinhança face ao caso da Geórgia e da Tunísia.....	23
2.1. O conceito de democracia no contexto da União Europeia.	23
2.2 Princípios-base da Política Europeia de Vizinhança.	28
2.3. União Europeia nos contextos pós-revolucionários da Tunísia e da Geórgia.	31
Capítulo 3. As influências dos EUA e da Rússia nas Revoluções das Rosas e Jasmim.	37
3.1. A Geórgia como fator de interesse para a comunidade internacional.	37
3.1.1. O impacto da Rússia na Geórgia.....	40
3.1.2 O impacto dos EUA na Geórgia	46
3.2. O impacto político dos EUA na Tunísia.....	47
3.3. Posição da Rússia face às revoluções da Primavera Árabe	49
Capítulo 4. O impasse das transições georgiana e tunisina.	53
4.1. A influência da burocracia.	53
4.2. A relevância da União Europeia nos processos de transição.....	60
Conclusão.....	67
Referências Bibliográficas	73

Introdução

A presente dissertação pretende estudar a influência da União Europeia (UE) no período pós-Revolução das Rosas (em 2003) e pós-Revolução Jasmim (finais de 2010) até ao último Conselho Europeu, em 2013. O objetivo desta dissertação é retirar lições da forma de intervenção da UE nos dois casos, de modo a que não se repitam os limites identificados em futuras situações. Pretende-se com este trabalho argumentar que a UE falhou na prossecução dos seus objetivos, nomeadamente no que respeita à promoção da democracia. Contudo, falhou porque não soube aproveitar algumas oportunidades que lhe teriam permitido um envolvimento melhor sucedido, porque de facto teria capacidade para o fazer. Existem definitivamente diferentes posições sobre a postura que a UE assume nas duas intervenções. Uns assumem uma visão otimista sobre a importância da União, como é o caso de Marco Pinfari (2012: 135) que acredita que a UE poderá exercer alguma influência tendo em conta os problemas da Liga Árabe e da União Africana. Existe por outro lado quem tenha uma visão negativa como Vera Van Hullen (2012: 117) que defende que os esforços de cooperação na Tunísia foram desde sempre pouco relevantes e Roberto Aliboni (2011: 7) que refere a vontade dos países do Norte de África e Médio Oriente se emanciparem do Ocidente.

Relativamente à Geórgia, Vladimir Papava e Michael Tokmazishvili (2006: 26), assumem uma posição claramente pró-UE, destacando a sua capacidade em promover transições democráticas com sucesso, como é o caso dos países bálticos. Já Daniel Silander e Martin Nilsson (2013: 442) defendem que a Política Europeia de Vizinhança (PEV) falhou nas transições pós-comunistas, devido por exemplo ao aparecimento do conflito entre a Rússia e a Geórgia em 2008.

Seguindo esta linha de pensamento que releva os aspetos negativos do trabalho de intervenção da UE, encontram-se autores como Frank Schimmelfennig (2007) que aponta a política de condicionalidade como um entrave ao verdadeiro estabelecimento das políticas acordadas entre a UE e cada um dos países vizinhos, neste caso, a Geórgia e a Tunísia.

Para uma melhor compreensão do que se sucedeu às Revoluções, é importante estudar a influência dos atores regionais assim como dos Estados Unidos da América

(EUA). Neste âmbito, considera-se fundamental o contributo de autores como Maria Raquel Freire (2011) que estuda as políticas externas russa e americana nos países pós-soviéticos, assim como de Luke March (2012: 189) que introduz um novo conceito para a análise da política externa russa, o conceito de *managed nationalism*.

Claramente que a UE possuiria à partida algum espaço para execução das suas políticas. No que respeita à Geórgia, pela sua profunda ligação ao Ocidente e no que concerne à Tunísia, pela falta de alternativas viáveis para o desenvolvimento neste país, mais concretamente, as organizações de carácter regional, como por exemplo, a União Africana e a Liga Árabe, que Marco Pinfari (2012: 135) acredita que sejam incapazes de promover a transição democrática tunisina. Sem dúvida que a UE não soube aproveitar essa oportunidade, porque se concentrou excessivamente na ajuda financeira a atribuir no contexto de cada uma das Revoluções, adotando uma postura essencialmente tecnocrática. Consequentemente, o seu papel foi bastante redutor quer na Geórgia quer na Tunísia.

A chave para o sucesso a longo prazo das Revoluções das Rosas e Jasmim encontra-se no desenvolvimento de uma verdadeira cooperação. Cooperação essa que pressupõe uma real compreensão dos problemas que afetam cada um dos países assim como um verdadeiro diálogo que proporcione um consenso sobre que medidas suficientemente atrativas poderão ser implementadas. Talvez esta conceção seja influenciada por Özgür Ünal Eriş (2012: 247) que acredita que os esforços de cooperação da UE têm a longo prazo o objetivo de integrar os países onde foi feita essa intervenção. Não menosprezando a dimensão económica do conceito de cooperação, interessa nesta dissertação avaliar a sua dimensão política e o modo como a cooperação é crucial para os processos de transição democrática. Nesse sentido é fundamental visualizar a alínea 2-b do artigo 21º da *Versão Consolidada do Tratado da União Europeia* (UE, 2008: 28), onde é claramente mencionado o objetivo de promover a democracia, mediante processos de cooperação.

De facto, fornecer ajuda financeira não é suficiente para um trabalho de cooperação. Os sucessivos programas elaborados mostram que os fundos nem sempre são devidamente aplicados, pelo que o processo de democratização acaba por não estar devidamente concluído. Por consequência, uma cooperação baseada não apenas no apoio financeiro será bastante mais profícua. Mas esta cooperação de carácter cultural e

ideológico exige uma maior abertura da UE em relação à discussão de ideais desde sempre defendidos por esta, como por exemplo, o de democracia liberal e de direitos humanos. Esta abertura obrigará a UE a aceitar novas formas de democracia, centradas mais em aspetos ideológicos, onde por exemplo a religião pode ter um lugar importante, e não tanto em aspetos económicos. Dessa forma, o contributo desta dissertação prende-se com a aplicação das teorias sobre transições democráticas aos casos da Geórgia e da Tunísia, propiciando uma reflexão sobre que acompanhamento dar a países com culturas diferentes, sendo inevitável o enfoque no diálogo intercultural defendido tantas vezes pelos países ocidentais.

Com vista a um encadeamento lógico de ideias, a dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos: o primeiro será sobre a análise das teorias relativas às transições democráticas; o segundo capítulo sobre a atuação da UE no âmbito da PEV tanto na Geórgia como na Tunísia; o terceiro sobre as influências regionais no contexto pós-Revolução das Rosas e pós-Revolução Jasmim; um quarto capítulo dedicado às lições a retirar dos limites encontrados pela UE em ambas as situações; e, por último, a conclusão desta dissertação.

Capítulo 1. As transições democráticas em estudo: conceptualização do termo "democracia" e sua importância no mundo atual

1.1. O que é democracia?

O conceito de democracia não possui apenas uma possibilidade de definição. Como tal possibilita aos especialistas desta área um intenso debate sobre o que é realmente democracia. Pela complexidade deste tema e com vista a ilustrar as várias formas de democracia, este subcapítulo encontra-se dividido em duas partes que procuram dar resposta a esta questão.

1.1.1. Democracia: diferentes perspetivas do conceito

As revoluções das Rosas e Jasmim na Geórgia e Tunísia, respetivamente, foram, entre outras que se deram ao longo da História,¹ uma tentativa de mudança de um regime autoritário para um regime supostamente democrático. Digo supostamente, porque no caso da Revolução Jasmim esta mudança não foi muito evidente. Uma abordagem completa sobre estas duas revoluções obriga a que se tenha em conta os pressupostos teóricos defendidos pelos autores fundamentais nesta matéria, pois como em muitas outras situações, a explicação deste fenómeno da mudança de um regime para outro, não possui uma resposta única. Será destacado o contributo fornecido por autores como Guillermo O'Donnell (1986), Alfred Stepan (1986), Dankwart Rustow (1970) entre outros relevantes para a análise. A partir da identificação das diferentes perspetivas, será feita a interpretação das duas transições democráticas em causa.

¹ Veja-se por exemplo, os casos de Portugal e Espanha em 1974 e 1975, respetivamente. No entanto, existem autores que consideram que os acontecimentos da Primavera Árabe não são verdadeiras revoluções. Veja-se o caso de Borna Zgurić que no artigo "Challenges for democracy in countries affected by the 'Arab Spring'" escreve que as manifestações da Primavera Árabe não são mais do que uma transformação dos atuais regimes noutros modelos institucionais, que satisfaçam a população (Zgurić, 2012: 420).

Assim sendo, para estudar os processos de transição democrática, é necessário, em primeiro lugar, clarificar dois conceitos: o de "transição" e o de "democracia". Relativamente ao conceito de "transição", Guillermo O'Donnell e Phillippe Schmitter definem-no como " ... *the interval between one political regime and another*" (1986: 6). Este processo não implica necessariamente a mudança de um regime autoritário para um regime democrático. Neste sentido, O'Donnell e Schmitter consideram que

Transitions are delimited, on the one side, by the launching of the process of dissolution of an authoritarian regime and, on the other, by the installation of some form of democracy, the return to some form of authoritarian rule, or the emergence of a revolutionary alternative (O'Donnell e Schmitter, 1986: 6).

Quer isto dizer que num processo de transição política existem várias possibilidades de mudança e a democracia é apenas uma delas. O termo "transição" remete automaticamente para a vontade de mudança de regime por parte dos cidadãos do país. No entanto, essa vontade isolada não chega para que exista de facto uma transformação em termos de governação. Na verdade, são necessárias outras condições que levem à consolidação do regime político desejado. Um processo de transição verdadeiramente sustentado necessita à partida de uma forte oposição ao regime em vigor, capaz de realizar vários golpes quer ao nível do governo, quer nas forças armadas, uma vez que sem o controlo destes dois sectores a alteração política não é possível (O'Donnell e Schmitter, 1986: 20).

Nesta dissertação, estudar-se-ão transições democráticas. Como o adjetivo "democráticas" indica, estas constituem-se como um tipo específico de transições que se referem ao período entre o fim de um regime autoritário e o estabelecimento da democracia. É, então, fundamental compreender em que consiste o conceito de democracia. Sobre este conceito, existem várias definições. De uma forma geral, democracia é "... *a political system which supplies regular constitutional opportunities for changing the governing officials*" (Lipset, 1959: 71). Nesse sentido,

It is a social mechanism for the resolution of the problem of societal decision-making among conflicting interest groups which permits the largest possible part of the population to influence these decisions through their ability to choose among alternatives contenders for political office (Lipset, 1959: 71).

Pode também considerar-se democracia como "... a process of 'accommodation' involving a combination of 'division and cohesion' and of 'conflict and consent' ..." (Rustow, 1970: 339). Perante estas afirmações, conclui-se que existem dois fatores que sobressaem na prática da democracia. O primeiro está relacionado com a possibilidade de existirem diferentes opiniões para os mais variados assuntos. Daí que por vezes, se formem grupos ou partidos com diferentes perspetivas sobre os temas, participando assim na vida política, mesmo que venham a perder naquilo que é condição essencial de uma democracia: as eleições. Certamente que os possíveis conflitos que existam poderão ser resolvidos através de regras conhecidas por todos os intervenientes e que estarão sujeitas a eventuais mudanças (Przeworski, 1986).

O outro factor que caracteriza a democracia é a incerteza (Przeworski, 1986). Segundo Przeworski, os vários conflitos que tomam lugar na democracia possuem resultados incertos uma vez que formalmente não existe um mecanismo ou órgão de controlo da vontade dos atores intervenientes. A existência de divisão de poderes (legislativo, executivo e judicial), em democracia, previne a imposição de interesses. Completando este argumento, o autor refere que

In a democracy, no group is able to intervene when outcomes of conflicts violate their self-perceived interests. Democracy means that all groups must subject their interests to uncertainty. It is this very act of alienation of control over outcomes of conflicts that constitutes the decisive step toward democracy (Przeworski, 1986: 58).

Sem dúvida que todos os participantes em democracia possuem os seus próprios interesses e nunca vão deixar de lutar por eles. Por esta razão, é importante procurar conjugar as várias vontades com vista a construir uma sociedade melhor. Então, escreve Adam Przeworski, é crucial estabelecer acordos institucionais com aqueles que possivelmente consigam realizar os seus próprios interesses, evitando assim a ameaça aos interesses de quem ainda possa reverter o processo de transição para a democracia (1986: 60).

A legitimidade política dos governos e o exercício da cidadania são duas condições essenciais para que exista um regime democrático. Relativamente à questão da legitimidade é importante destacar dois autores: Seymour Martin Lipset e Adam Przeworski.

Para Lipset (1959: 86), legitimidade é "... *the capacity of a political system to engender and maintain the belief that existing political institutions are the most appropriate or proper ones for the society*". Além do mais, para o mesmo autor, a legitimidade de um regime depende das formas utilizadas para resolver questões que dividem historicamente a sociedade (Lipset, 1959: 86). Quer isto dizer que um governo é legítimo quando consegue que exista consenso entre os diversos atores intervenientes (neste caso, entre população e governo).

A falta de legitimidade está por detrás do desenvolvimento das transições políticas. Como refere Juan J. Linz (1990: 146) "*Inadequate legitimacy and effectiveness are factors in the crisis and breakdown of many different types of political systems*". Quando existe uma mudança de um regime para outro, não se reconhece a quem está a governar legitimidade para o fazer. Contudo, esta perda de legitimidade não é por si só suficiente para o colapso de um regime. Nesse sentido, Adam Przeworski acredita que o problema da legitimidade está mal colocado. Para este autor, mais do que a legitimidade de um regime, interessa saber se existem ou não alternativas preferíveis a esse regime.

Aliada à questão da legitimidade, surge a questão da cidadania. Neste âmbito, é fulcral ter em conta que a cidadania é essencial para que a democracia funcione. Como referem Guillermo O'Donnell e Philippe C. Schmitter (1986: 7): "*Democracy's guiding principle is that of citizenship*". É, segundo este aspeto que se movem liberdades que tão bem se conhecem, como por exemplo, a liberdade de voto. Pode-se, então, afirmar que sem o princípio de cidadania, não existe democracia, sendo que o conceito de cidadania foi sofrendo algumas alterações ao longo da História. Por exemplo, o significado de cidadania na Grécia Antiga é completamente diferente do que atualmente vigora. Como será mencionado adiante, apenas os homens livres, filhos de pai e mãe ateniense é que podiam votar e portanto eram os únicos considerados cidadãos. Ao invés, desde a promulgação da Carta das Nações Unidas, tanto homens como mulheres adultos têm direito a voto. Esta visão atual remete para a relação entre sufrágio universal e democracia. A existência de sufrágio universal permite que todos os cidadãos possam votar nos seus representantes. Se numa democracia não se verificar sufrágio universal, então deixará de ser uma democracia, uma vez que os cidadãos veem ser-lhes retirado um direito: o direito de votar.

1.1.2. Os tipos de democracia

O conceito de democracia pode assumir diversas formas. Interessa aqui especificamente abordar em contraponto os conceitos de democracia direta e de democracia representativa. No que diz respeito à democracia representativa é necessário destacar em particular a democracia liberal, praticada diferentemente pelos EUA e pela UE enquanto organização, mas cujo modelo foi justamente o procurado pela Geórgia e a Tunísia. É também importante estudar outras alternativas à democracia liberal que não a substituem totalmente mas que apresentam algumas propostas que possam melhorar o seu desempenho. É o caso da "democracia deliberativa", defendida por David Miller (1992) e da "democracia associativa", apresentada por Paul Hirst (1993).

Como é do conhecimento geral, a democracia direta ou participativa foi a primeira forma de democracia a surgir. Este modelo, originário da Grécia Antiga, tinha como princípio a participação dos cidadãos nas tomadas de decisão sobre os assuntos públicos (Held, 1993). No entanto, este difere totalmente daquilo que hoje se entende por democracia. Em primeiro lugar, como já foi referido, porque nem todos tinham o estatuto de cidadãos: apenas os homens nascidos na pólis, filhos de pai e mãe atenienses podiam participar na atividade política. Por conseguinte, as mulheres, os metecos e os escravos não podiam votar. Por outro lado, não existia na altura a multiplicidade de atores políticos que temos nos dias de hoje. Desse modo, a forma de atuação democrática tinha de ser diferente.

A democracia representativa aproveita alguns princípios da democracia participativa da Grécia antiga, como por exemplo, "... *equality among citizens, liberty, respect for the law and justice ...*" (Held, 1993: 16). No entanto, difere desta no sentido em que os cidadãos elegem, através do voto, alguém que represente os seus pontos de vista.

A democracia liberal, por sua vez, traduz-se por excelência na forma da democracia representativa do presente. Focada na proteção das liberdades individuais dos cidadãos, este tipo de democracia possui também por seu turno, uma vertente economicista preocupada com o funcionamento do capitalismo neo-liberal, que defende a livre circulação de mercadorias assim como a institucionalização do sistema público e a cooperação entre democracias liberais (Ware, 1993).

É importante fazer uma distinção entre democracia liberal e liberalização. Para Guillermo O'Donnell e Philippe C. Schmitter, liberalização é "... *the process of making effective certain rights that protect both individuals and social groups from arbitrary or illegal acts committed by the state or third parties*" (1986: 7). Tendo em conta que o conceito de democracia tem como princípio a participação igualitária de todos os cidadãos, então liberalização e democracia não são sinónimos. Relativamente à definição apresentada por O'Donnell e Schmitter, há que apontar dois aspetos. As noções de liberalização e democracia pressupõem que o indivíduo é o ator que assume o papel principal na sociedade, e, portanto, todas as questões que lhe dizem respeito são também objeto de estudo. Deste modo, liberalização e democracia valorizam a criação de grupos sociais, que no fundo expressam as liberdades civis de cada indivíduo (Przeworski, 1988: 61). Estes direitos são sobretudo económicos ou direitos de associação autónoma, como refere Adam Przeworski (1988: 61). No entanto, os dois conceitos divergem quanto aos resultados do processo político (Przeworski, 1988: 61). Considerando a variedade de participantes que interagem numa democracia assim como a possibilidade de mudança de posição de cada ator, a democracia deve ser regida por um toque de incerteza que não garanta à partida os interesses de um grupo em detrimento de outro (Przeworski, 1988). Em democracia, privilegia-se uma disputa de interesses, através da competição. No caso dos resultados serem controlados, e portanto não existir incerteza, então a liberalização é processo que pode ocorrer também em regimes autoritários (Przeworski, 1988).

Por seu turno, democracia liberal é apenas uma forma de democracia representativa. A conceptualização de "democracia liberal" prova a relação de dependência existente entre este conceito e liberalização, ou seja, a democracia liberal adota um conjunto de princípios defendidos pelo liberalismo "... *liberalized democracy: that is, democracy defined and structured within the limits set by liberalism*" (Parekh, 1992: 160). Assim, a utilização do termo *democracia* remete para um carácter mais político, significando a participação igualitária dos cidadãos nos assuntos do país. Contudo, a liberalização está relacionada com uma abertura que pode ser a nível económico, político, cultural, etc. Daí que o conceito de liberalização não remeta para a obrigatoriedade de existir uma democracia.

Para além do enfoque atribuído ao indivíduo, uma democracia liberal é nacionalista, surge do capitalismo, protege os direitos civis dos indivíduos, defende a eleição dos governantes, a institucionalização do sistema político, e a cooperação entre democracias liberais (Ware, 1992: 131). Numa democracia liberal, tal como no liberalismo, destaca-se o papel do indivíduo. É o conjunto dos indivíduos que forma a sociedade. Como Bhikhu Parekh (1992: 161) afirma

Society 'consists' or is 'made up' of individuals and is at bottom nothing but the totality of its members and their relationships. The view that the individual is conceptually and ontologically prior to society and can in principle be conceptualized and defined independently of society, which we shall call individualism, lies at the heart of liberal thought and shapes its political, legal, moral, economic, methodological, epistemological and other aspects (Parekh, 1992: 161).

Esta citação destaca as esferas de ação do indivíduo. Numa democracia liberal, é o indivíduo quem elege os seus representantes no governo, é para o indivíduo que são criados direitos que o protejam, é o indivíduo que dinamiza a atividade económica (uma vez que se privilegiam as privatizações em detrimento das nacionalizações). Os promotores da democracia liberal defendem que a intervenção do Estado deve ser mínima.

Como se sabe, a democracia liberal apresenta falhas, e até alguns paradoxos que segundo David Beetham (1992) são importantes de resolver. Segundo este autor, o paradoxo reside essencialmente no próprio conceito de democracia liberal, uma vez que engloba alguns princípios do liberalismo que tanto contribuíram para o desenvolvimento de democracia como para a sua restrição. Estes paradoxos existem sobretudo na interpretação do conceito de igualdade e de representatividade.

Relativamente ao conceito de igualdade, descreve David Beetham, que apesar deste ser um conceito-chave para a definição de liberalismo, a verdade é que este princípio não se verifica quando se utiliza riqueza privada para fins políticos, controlando e influenciando os processos de decisão (Beetham, 1992: 43).

O segundo paradoxo reside na forma como democratas e liberais percecionam a política. Se por um lado, os liberais valorizam mais a atividades da sociedade civil e entendem a política como algo mau que deve ser apenas utilizado para resolver os problemas do mercado, por outro, os democratas defendem que o setor público está acima

do privado e que os representantes deveriam pertencer a um grupo mais restrito, sendo que se procuraria fomentar a participação política e a democracia direta (Beetham, 1992: 44).

Uma das críticas apontadas à democracia liberal é o excessivo destaque atribuído ao indivíduo e não à sociedade como um todo. Por outro lado, são democracias muito voltadas para a economia com uma intervenção mínima do Estado, o que permite aumentar as desigualdades sociais.

Tendo em conta estes problemas da democracia liberal, alguns autores propuseram algumas alternativas que combatam estas falhas. Entre essas hipóteses estão a "democracia deliberativa", defendida por David Miller (1992) e a "democracia associativa", explicada por Paul Hirst (1993). Democracia deliberativa consiste num "... *process of open discussion leading to an agreed judgement on policy*" (Miller, 1992: 54). Este tipo de democracia proposto por Miller, não pode ser considerado como uma democracia capaz de substituir na totalidade a democracia liberal. Antes pelo contrário: democracia deliberativa é apenas uma alternativa à democracia liberal no que compete às questões de "... *the arbitrariness of decision rules, vulnerability to strategic voting...*" (Miller, 1992: 54). Estes são segundo David Miller, os principais entraves à atuação da democracia liberal. Por um lado, a vontade em formular decisões seguindo processos de decisão da maioria; por outro, estabelecer processos em que participam vários grupos com diferentes níveis de influência, proporcionais aos seus interesses na questão (1992: 55).

Como forma de resolver estes problemas, na democracia deliberativa assume-se que deve existir uma discussão aberta, sem qualquer restrição, sobre os mais variados assuntos para se chegar a um juízo final (Miller, 1992: 55). A crítica ao individualismo da democracia liberal reside, neste caso, no facto dos indivíduos olharem demasiado para os seus próprios interesses. Nesse sentido, a democracia deliberativa é uma alternativa a ter em conta porque privilegia a capacidade de alguém tomar as suas decisões através de argumentos racionais e que coloquem o interesse da sociedade em primeiro lugar (Miller, 1992: 56). Para além da democracia deliberativa existem também outras possibilidades de resposta aos problemas apresentados pela democracia liberal, nomeadamente a democracia associativa, defendida por Paul Hirst.

A democracia associativa não é mais do que uma crítica quer à preponderância que o indivíduo exerce na economia capitalista, presente nas democracias liberais quer ao coletivismo estatal (Hirst, 1992: 112). Como tal, devem ser constituídas associações de fundos públicos, voluntárias e auto-governadas, capazes de tratar dos assuntos da sociedade (Hirst, 1992: 117). Entre as principais diferenças com a democracia liberal estão o papel que o Estado assume na democracia associativa e o funcionamento das organizações de cariz social, que trabalham em prol da sociedade civil (Hirst, 1992).

Para que exista democracia associativa, o Estado tem de assumir um papel secundário em relação ao papel que as associações representam uma vez que estas têm a responsabilidade de organizar a vida social daquela região (Hirst, 1992: 117). O Estado apenas "*... ensures peace between associations, protects the rights of individuals and provides the mechanisms of public finance whereby a substantial part of the activities of associations are funded*" (Hirst, 1992: 117).

No que concerne ao desempenho das organizações numa democracia liberal, Paul Hirst acredita que estas são pouco democráticas, devido ao seu funcionamento hierárquico, que nem mesmo através do voto permite expulsar as elites que lá exercem influência. (Hirst, 1992: 124). Perante estas dificuldades, Paul Hirst acredita que deve ser definido um conceito comum às várias associações, quer estas sejam de índole económica, quer social (1992: 130). A clarificação deste conceito permitirá que as diferentes associações desempenhem funções diferentes em locais diferentes mas com uma boa organização e um comportamento condizente com os seus propósitos (Hirst, 1992: 130).

1.1.3. O impacto da democracia liberal na Geórgia e na Tunísia

Após a apresentação do conceito de democracia, da explicação de algumas formas de democracia existentes, passar-se-á para a implementação da democracia liberal nos estudos de caso desta dissertação: Geórgia e Tunísia. Perante os acontecimentos que ocorreram durante e após as Revoluções das Rosas e Jasmim, respetivamente, pretende-se avaliar se de facto existe uma democracia liberal nestes países, ou se pelo contrário, estas Revoluções foram um fracasso para os objetivos do Ocidente.

1.1.3.1. A Revolução das Rosas

Conhecida pela sua instabilidade quer a nível político, quer a nível cultural (sendo o caso mais evidente, a Ossétia do Sul), a Geórgia deparou-se em 2003 com uma revolução pacífica, "*a Revolution without Revolutionaries*" como Stephen F. Jones (2006) a apelida: a chamada Revolução das Rosas. Esta revolução surgiu após as eleições parlamentares fraudulentas, em 2003, que iam atribuir a vitória aos partidos apoiados por Eduard Shevardnadze, como por exemplo, o *Citizens' Union of Georgia* (Jones, 2006). Contudo, não se pode afirmar que a fraude eleitoral tenha sido o único fator que contribuiu para a queda do regime de Shevardnadze. Na verdade, foram os vários anos de governação deste presidente que levaram a este desfecho não violento. Entre as várias razões que acentuaram a angústia vivida pelos georgianos encontram-se a corrupção e os baixos salários auferidos pela população. No fundo, com a Revolução das Rosas renascia uma nova esperança de um país diferente: um país capaz de dar melhores condições de vida aos seus habitantes, um país mais livre, onde os resultados da votação da população transmitissem realmente a vontade do povo, um país à imagem daquilo que era desejado desde a independência da União Soviética.

Este desejo de mudança foi fomentado não só pela capacidade de mobilização de Mikhail Saakashvili, membro de um partido opositor do governo georgiano denominado *United National Movement*, assim como pela crescente utilização de redes sociais e de grupos ativistas pró-ocidente, como foi o caso do Kmara. Aparentemente, o sonho dos georgianos iria ser realizado. Mikhail Saakashvili, após as referidas eleições parlamentares serem apontadas como fraudulentas, conseguiu mobilizar o povo georgiano contra os membros do governo, sobretudo, Shevardnadze. Em resultado desta pressão popular, o então presidente da Geórgia demitiu-se em 2003, após os protestos contra os resultados eleitorais (BBC News, 2003). Com esta demissão, surgiu nos georgianos a imagem de uma Geórgia democrática, bem longe dos moldes autoritários de Shevardnadze. Mikhail Saakashvili conseguiu aparentemente fazê-lo: prometeu estabelecer a democracia no país caso vencesse as eleições seguintes. De facto, há que destacar alguns aspetos positivos durante a sua governação, nomeadamente a luta contra a corrupção. Segundo Vladimer Papava (2006: 661):

As part of its efforts to combat corruption, the government abolished the traffic police that had existed since Soviet times and created a Western style police patrol. As a consequence, the practice of bribery across the country's roads and highways was ended, opening up new opportunities for the country's development as an important international transport corridor (Papava, 2006: 661).

Porém, o objetivo de atingir uma democracia liberal parecia estar esquecido durante a governação de Saakashvili. Não desprezando as influências ocidentais que Mikhail Saakashvili possuía, a verdade é que pouco foi realizado em prol de uma democracia mais estável na Geórgia. Como explica Lincoln A. Mitchell (2006: 672):

Saakashvili and his colleagues can point to real success in areas such as defeating Abashidze and reducing police corruption. However, on democracy-related issues such as building democratic institutions, ensuring government accountability, and cultivating a strong civil society, the new government's record has been uneven (Mitchell, 2006: 672).

Prova-se então que o objetivo de democracia, concretamente, o de democracia liberal, estava longe de ser alcançado. De facto, começaram a ser realizadas eleições livres e justas mas ao mesmo tempo verificou-se uma maior concentração de poderes no presidente, fomentada pelas alterações à Constituição em 2004. Tal como Mitchell (2006: 672) aponta:

The president appoints the prime minister and the cabinet, as well as several mayors and numerous lower ranking officials, including positions like university provosts. He can disband parliament if it rejects his budget twice, and he exercises control over an executive branch of government that dominates the weaker legislative branch. Saakashvili enjoys more formal power than Shevardnadze ever did (Mitchell, 2006: 672).

No fundo, o regime instaurado durante a era de Saakashvili pode ser denominado um regime de "*super presidency*" (Khelashvili, 2010: 2). Sendo assim, Saakashvili acaba por exercer influência sobre várias esferas da sociedade, entre os quais, os meios de comunicação social. Como por exemplo, em 2007, quando o governo declarou estado de emergência, alguns canais de televisão a favor da oposição, como o Imedi TV ou a Kavkasia TV encerraram as suas emissões (Tchantouridze, 2008), o que levantou suspeitas sobre a falta de liberdade de expressão no país.

1.1.3.2. A Revolução Jasmim

O impacto da democracia liberal na Tunísia apresenta alguns contornos diferentes do que aconteceu na Geórgia, em 2003. No entanto, para compreender esta evolução da democracia liberal é importante fazer uma breve contextualização histórica com o objetivo de perceber quais os motivos que originaram a Revolução Jasmim.

Para tal, é preciso remontar ao ano de 1987, ano em que Zine El Abidine Ben Ali sobe ao cargo de presidente da Tunísia. A sua governação trouxe algumas mudanças sobretudo para a economia do país. As principais alterações introduzidas resultam de uma crescente liberalização económica, que se manifestou, não só pela recorrência às privatizações, como também por uma aproximação à UE, relativamente a acordos comerciais. Nesse contexto, foram assinados alguns documentos dos quais se destacam o Acordo de Associação entre a UE e a Tunísia, em 1995, no âmbito da Parceria Euro-Mediterrânica. Este acordo visava reforçar o diálogo político, o comércio e resolver questões de carácter económico, social e cultural (UE-Serviço de Ação Externa, s.d.). A política de privatizações também se estendia à educação, que na visão de Ben Ali era uma componente essencial para a estabilidade de uma sociedade (Sorkin, 2001).

Neste campo, os tunisinos e os georgianos apresentam motivos semelhantes para o aparecimento destas revoluções: o desemprego, a falta de condições de vida, a luta contra a corrupção e, sobretudo, a procura de um país mais democrático. Contudo, esta questão de tornar o seu país democrático surge em moldes diferentes nos dois países. Se por um lado, na Geórgia houve uma clara aceitação das influências do Ocidente, por outro, na Tunísia, isso não se verificou. Neste contexto, Roberto Aliboni escreve:

Since current Western interpretations do not account for the strong anti-Western feelings that predominate on the Arab stage today (in which even pro-Western opinion has been deeply disappointed by President Obama's empty rhetoric), they do not grasp the fact that for most Arab constituencies what democracy means today is, besides a less corrupt and fairer economy, more independence from the West and more assertiveness against Israel and, as the case may be, Iran, the Shi'as or the Salafists (Aliboni, 2012: 7).

Como a afirmação indica, não existe de facto a vontade de aproximação aos valores ocidentais, uma vez que a conceção de democracia para os árabes engloba não só

mas também a emancipação face ao Ocidente. Consequentemente, não se pode afirmar que tenha sido estabelecido uma democracia liberal, ou pelo menos uma democracia liberal nos moldes ocidentais. Realmente, a queda do regime de Ben Ali, permitiu a eleição de novos governantes mas isto não é por si só suficiente para anunciar uma vitória do Ocidente na Tunísia. Se por um lado, as eleições de 2011 mostraram a vitória da representatividade, da eleição através do voto popular, por outro, o partido vencedor foi um partido islâmico, denominado Ennahda. Ora os ideais islâmicos diferem da visão ocidental em matérias como direitos humanos onde por exemplo, segundo a Carta dos Direitos Humanos do Islamismo, o homem é superior à mulher, tendo o dever de sustentar a família. Numa perspectiva ocidental, a igualdade entre homem e mulher é algo em consonância com a própria conceção de democracia liberal que está intrinsecamente ligada às liberdades individuais de cada um.

Contudo, a aversão aos ideais ocidentais não é o único motivo pelo qual não houve um verdadeiro funcionamento da democracia liberal. Segundo Reginaldo Nasser (2011) não existe entre o povo tunisino um sentimento de nacionalismo, um sentimento de partilha que ligue a população a um objetivo comum. O que há é "... uma verdadeira disputa entre o nacionalismo árabe, o Islão tradicional e o político..." (Nasser, 2011: 155). Partindo desta premissa de que não se verifica uma valorização do que é nacional, então dificilmente se poderá ambicionar uma democracia liberal neste país uma vez que como Alan Ware afirmou este tipo de democracia tem implícito o sentimento de nacionalismo, estando o sistema internacional dividido em Estados-nação (Ware, 1992). Ora, a noção de Estado-nação obriga a que a população partilhe alguns valores e características comuns. Tendo concluído que em nenhum dos casos existe uma verdadeira democracia liberal, falta saber que condições essenciais ao estabelecimento da democracia não foram cumpridas, tema que irá ser estudado na secção seguinte.

1.2. Transições democráticas

As Revoluções das Rosas e Jasmim traduziram-se na manifestação de insatisfação das populações georgiana e tunisina face ao rumo que as suas vidas estavam a tomar.

Ambas as revoluções foram o culminar de vários anos sob a governação de regimes autoritários que nem a nível político nem a nível económico traziam vantagens para os habitantes da Geórgia e da Tunísia. Sendo assim, tanto a Revolução das Rosas como a Revolução Jasmim originaram a queda do regime em exercício (no caso da Geórgia, o de Shevardnadze; no caso da Tunísia, o de Ben Ali) com o intuito de permitir a governação de um regime mais democrático, que permitisse, entre outros aspetos, melhores condições de vida à população.

Neste sentido, é evidente que existe em ambos os países um processo de transição de regime. Contudo, tanto no caso da Geórgia como no da Tunísia persiste a incerteza sobre se estas mudanças são para uma democracia que encaixe no modelo daquela que é defendida pela UE.

Existem vários motivos para que estas transições se desenrolem. De uma forma geral, considera-se que o fim de um regime autoritário acontece quando este mostra "... *the incapacity to satisfy the expectations, of society, to solve pressing problems, whether internal or external...*" (Linz, 1990: 146). Neste âmbito, Adam Przeworski vai mais longe e aponta aquelas que são para si as razões essenciais para a queda do autoritarismo². Entre elas encontram-se o cumprimento das necessidades funcionais que causaram o aparecimento deste regime, o que fará com que já não seja necessário a sua permanência; a perda de legitimidade; a existência de conflitos dentro do bloco governante; e as pressões externas para seguir um caminho mais democrático através da realização de alguns compromissos (Przeworski, 1986: 50). Aplicando aos estudos de caso desta dissertação, constata-se que alguns destes aspetos apontados por Przeworski motivaram o fim dos dois regimes. Em ambos os casos houve uma perda de legitimidade destes regimes motivada pela crescente corrupção, pelo aumento do desemprego, pelos baixos salários ou pela realização de eleições fraudulentas (Tatum, 2009). Todas estas condicionantes levaram a

² Para uma melhor compreensão do conceito de regime autoritário, ver a definição fornecida por Juan J. Linz (1964) em "An Authoritarian Regime: The Case of Spain" in Allardt, Erik e Littunen, Yrjö (orgs.) *Cleavages, Ideologies, and Party Systems*. Helsinki: Academic Bookstore, 291-342. Neste artigo, Linz caracteriza os regimes autoritários como "*political systems with limited, not responsible, political pluralism, without elaborate and guiding ideology, but with distinctive mentalities, without extensive nor intensive political mobilization, except at some points in their development, and in which a leader or occasionally a small group exercises power within formally ill-defined limits but actually quite predictable ones*" (Linz, 1964: 255).

que as populações não sentissem que os seus interesses estavam a ser defendidos pelo seu Estado. Ora, se um Estado não protege os seus cidadãos, não cumpre a sua missão primordial de salvaguardar os interesses comuns dos que elegeram aquele governo. No caso da Geórgia, ainda se pode considerar que tenham existido algumas pressões do exterior para a democratização do país, uma vez que os EUA sempre tiveram algum interesse naquele espaço, nomeadamente a nível económico, o que entre outras consequências, levou a que fossem importados os ideais democráticos daquele país. Ainda sobre os motivos que originaram a Revolução das Rosas, Jane L. Curry e Doris Goedl escrevem que esta foi

... the product of the "perfect storm" of 1) popular frustration and mobilization; 2) the opportunities and constraints posed for and by the autocratic leaders and those who ran against them or their record, as well as 3) the influence of contacts with the West and Western pressure on the old elites before and after the elections (Curry e Goedl, 2012: 65).

Para análise destas falhas, ter-se-á como base o modelo definido por Dankwart Rustow (1970) que indica quais as fases a seguir para uma transição democrática de sucesso. Em primeiro lugar, é fulcral ter em conta o historial de democracia na Geórgia e na Tunísia. Como se sabe, nenhum destes países experienciou qualquer tipo de democracia, embora Shevardnadze se tenha proclamado como um democrata. Ainda sobre estas condições históricas, é importante também analisar se existe aquilo a que Dankwart Rustow apelida de união nacional dentro do próprio país (1970: 350). Neste aspeto, a Geórgia apresenta algumas fragilidades pois possui alguns conflitos com regiões separatistas como a Ossétia do Sul.

Seguindo o pensamento de Rustow, só com o reconhecimento da união nacional se pode passar para a fase preparatória. Nesta fase, pretende-se que se resolvam os conflitos existentes na nação. Se são conflitos regionais é preciso ter em conta o perigo de separação que só pode ser ultrapassado pela existência de um sentimento de comunidade (Rustow, 1970: 354). Esse sentimento de comunidade por vezes falha nestes dois países, não só por existirem regiões separatistas, culturalmente diferentes, no caso da Geórgia, como também pelo facto de mesmo após as eleições na Tunísia, ainda acontecerem fortes manifestações que opõem os que estão contra e a favor do regime islâmico instaurado.

No que se refere à fase da decisão, há que destacar o facto de não ter sido conseguida na Tunísia, sobretudo porque ainda não percebeu claramente se é realmente uma democracia que o povo tunisino pretende seguir ou se por outro lado pretende apenas uma mudança. Como refere Rustow (1970), é necessário que para se tomarem decisões haja consenso, consenso que não está evidenciado pela persistência de instabilidade no país.

Cumpridos todos estes procedimentos, segue-se para a fase de habituação. Explica Rustow (1970: 360) que para que este momento se desenvolva de forma satisfatória, deve-se fundamentalmente ter confiança nas novas medidas a aplicar, promovendo também a participação dos partidos opositores na sua elaboração. A probabilidade de se falhar nas medidas e de existir contestação é alta mas esta vai sendo reduzida à medida que se adotam técnicas democráticas que promovem o envolvimento do governo no sistema democrático, assim como pelos meios de ligação que vão sendo estabelecidos entre políticos e cidadãos (Rustow, 1970: 360).

Ao analisar o caso da Tunísia, fica claro que não houve tempo ainda para um verdadeiro processo de habituação porque não se sabe ainda que rumo o país está tomar. Relativamente à Geórgia, apesar da confiança que a população nutria pelo governo inicialmente, esse sentimento desapareceu com as medidas anti-democráticas adotadas, como analisado nesta dissertação.

É de relevar que o estudo das transições democráticas obriga a que se preste atenção às várias formas como estas decorrem. Para começar, é essencial separar as transições democráticas pacíficas das violentas. Nesse sentido, as Revoluções das Rosas e Jasmim representam exatamente cada um destes casos pois houve uma mudança pacífica na Geórgia e uma mudança mais violenta, mais radical na Tunísia.

Para além desta divisão entre revoluções pacíficas e violentas, poder-se-á considerar outras formas de se desencadarem transições democráticas. Alfred Stepan (1986: 66) escreve que estas podem surgir através de "*internal restoration after external reconquest*"; "*internal reformulation*"; "*externally monitored installation*", "*redemocratization initiated from within authoritarian regimes*", "*society-led regime*

termination", "party pact", "organized violent revolt coordinated by democratic reformist parties", e, por último, "Marxist-led revolutionary war".

Mediante esta apresentação dos vários caminhos a seguir num processo de transição democrática, mais importante do que explicar cada um deles é procurar relacioná-los com os estudos de caso desta dissertação. Sendo assim, tanto na Geórgia como na Tunísia, as transições para a democracia ocorreram graças ao envolvimento ativo da sociedade. Saliente-se que quando a transição do autoritarismo para a democracia é liderada pela sociedade o que se verifica são inúmeros protestos de organizações, várias greves e uma redução de ajuda ao governo, mas o mais importante é que nem sempre se pretende alcançar uma plena democracia mas sim uma mudança de governo. (Stepan, 1986: 78).

Apesar das inúmeras referências à democracia nestas duas Revoluções, a verdade é que sobretudo na Tunísia, passados três anos ainda se verificam situações de violência e instabilidade no país, o que leva a que se questione se realmente é uma democracia que as elites pretendem alcançar. No entanto, apesar das transições terem sido comandadas pela sociedade, a verdade é que no caso da Geórgia também se poderá considerar que houve uma espécie de pacto entre os partidos da oposição com vista a derrubar o regime de Shevardnadze. Os seus objetivos eram, no fundo, "*... to defeat the authoritarian regime and lay the foundation for a successor democratic regime in which power is open to most opposition forces*" (Stepan, 1986: 79).

Acresce que nestes processos de transições democráticas intervêm muitos atores, nomeadamente, atores externos, que podem assumir dois comportamentos: ou incentivam a que essas transições se realizem, ou, podem constituir-se como um entrave às alterações de regime. Contudo, com esta forma de transição é preciso que haja alguma prudência uma vez que a imposição destes valores por outro país, outra organização que não seja nacional, pode levar a que se questione a sua legitimidade de atuação (Stepan, 1986: 71). O objetivo de alcançar uma plena democracia pode ser ou não alcançado. O sucesso desta transição depende fundamentalmente das condições políticas, económicas e sociais que imperam no país para a instalação de democracia. Como tal, Adam Przeworski refere:

The transition is to democracy if both conditions are fulfilled: (1) the old authoritarian power apparatus is dismantled and (2) the new political forces opt

for democratic institutions as a framework within which they would compete for the realization of their interests (Przeworski, 1988: 63).

No seguimento desta ideia, Juan J. Linz acredita que se conclui um processo de transição democrática quando se verificam "... *the successful realization of a free election, the convening of a new parliament on whose confidence the government depends, or the installation of a new president in office...*" (Linz, 1990: 157). Porém, esta declaração de Juan J. Linz não é suficiente para provar que exista democracia, caso contrário, a Geórgia e a Tunísia seriam dois exemplos de transições democráticas conseguidas. A transição para democracia falhou nestes dois países por vários motivos, como analisado adiante.

Capítulo 2. O papel da União Europeia no âmbito da Política Europeia de Vizinhança face ao caso da Geórgia e da Tunísia

2.1. O conceito de democracia no contexto da União Europeia.

No primeiro capítulo, foram apresentadas algumas perspetivas sobre o que consiste o conceito de democracia. Foi também referido que a democracia sofreu um processo evolutivo ao longo do tempo. Desse modo, a forma de democracia participativa, típica da Grécia Antiga, serviu de base para a criação da forma de democracia mais usual na atualidade, a democracia representativa. A UE não foi exceção e conseqüentemente optou também por este modelo democrático.

Ora sendo este capítulo dedicado à atuação da UE na Geórgia e na Tunísia no pós-Revoluções, será apenas estudada a democracia na sua forma representativa, analisando os atores intervenientes e os programas adotados para as transições democráticas. Seguindo esta ordem de ideias, é fulcral clarificar a noção de democracia para a UE. Neste âmbito, segundo o artigo 10º da *Versão Consolidada do Tratado da União Europeia* (UE, 2008: 20):

1. O funcionamento da União Europeia baseia-se na democracia representativa.
2. Os cidadãos estão diretamente representados, ao nível da União, no Parlamento Europeu.
3. Todos os cidadãos têm o direito de participar na vida democrática da União. As decisões são tomadas de forma tão aberta e tão próxima dos cidadãos quanto possível.
4. Os partidos políticos ao nível europeu contribuem para a criação de uma consciência política europeia e para a expressão da vontade dos cidadãos da União. (UE, 2008: 20).

A apresentação deste artigo mostra como que para a UE o conceito e a prática democrática possuem várias vertentes, entre as quais, a vertente política que permite a participação de vários partidos no Parlamento Europeu; uma vertente social que realça a promoção dos Direitos Humanos como se verifica na preocupação em estabelecer um contacto próximo com os cidadãos, proporcionando-lhes a liberdade de se expressarem nomeadamente através do voto; e uma vertente económica, ligada aos mercados.

Para atingir os seus propósitos democráticos, a UE rege-se por um conjunto de princípios que considera essenciais para os atingir: "*participation in public affairs without discrimination and the right to stand and to vote in elections*" (OPPD, 2009: 17); "*freedoms of expression and opinion, association, assembly*" (OPPD, 2009: 18); "*separation of powers*" (OPPD, 2009: 19); "*the role of parliament*" (OPPD, 2009: 20); "*the rule of law*" (OPPD, 2009: 22), "*pluralistic system of political parties and organisations*" (OPPD, 2009: 23); "*transparency and accountability*" (OPPD, 2009: 23); e "*free media*" (OPPD, 2009: 25).

A apresentação destes princípios revela uma preocupação da UE em se aproximar dos cidadãos que representa. Estes elegem os seus representantes para defenderem os seus interesses e as decisões tomadas são com o objetivo de proteger o interesse comum de todos os cidadãos.

Neste processo de definição de políticas, é importante ter em conta, entre outros, os seguintes conceitos: legitimidade democrática, responsabilidade e transparência. Começando pelo termo responsabilidade, este refere-se ao facto da UE ser capaz de representar os cidadãos, elaborando medidas que os satisfaçam enquanto comunidade, ou seja, enquanto grupo de cidadãos pertencentes a uma instituição com valores e objetivos comuns. Caso as suas políticas não funcionem, a UE deve ser capaz de responder por elas. Relacionado com este conceito, está a noção de transparência que remete para o direito que o cidadão possui de ter acesso a todo o tipo de informação sobre os trabalhos na UE, desde a forma como as decisões foram tomadas até aos documentos finais.

A questão que se tem vindo a colocar nos últimos tempos é se realmente estes princípios são fomentados pela UE. Muitos autores acreditam que não e, por consequência, defendem que há um défice democrático no seu funcionamento. Considera-se défice democrático a diferença existente entre o que era expectável que a União conseguisse produzir com base nos seus princípios ideológicos e o que realmente esta produz (Warleigh-Lack, 2003: 29). No cerne desta questão está o facto dos governos nacionais delegarem parte do seu poder no Parlamento Europeu, órgão que representa os cidadãos da União e que, segundo alguns autores, tem vindo a perder poder face a outros órgãos na União (Crum, 2005), como por exemplo, a Comissão Europeia. Como resposta a estas críticas, o Tratado de Lisboa veio dar mais poder de decisão ao Parlamento Europeu,

nomeadamente em questões relativas ao orçamento, que segundo o artigo 314º, confere ao Parlamento o papel de elaborar em conjunto com o Conselho Europeu o programa orçamental como também o poder de aprovação do mesmo (UE, 2008: 115).

No entanto o problema do défice democrático subsiste. Uma das propostas de resolução para este problema é que os Comissários sejam eleitos pelo Parlamento Europeu; a outra propõe que estes sejam eleitos pelos Estados-membros ou que sejam responsáveis perante os governos dos seus países pelas suas votações e perante o Parlamento Europeu, pela gestão dos portefólios europeus (Bonde, 2011: 149). Em termos práticos, estas alterações no funcionamento da UE permitem que o cidadão europeu tenha um papel mais presente nesta instituição, evitando-se o secretismo existente na tomada de decisões da Comissão (Bonde, 2011). A eleição direta de um Comissário, pelos cidadãos do seu próprio país, encoraja os vários partidos nacionais a colocarem os seus melhores representantes sujeitos a votação para que possam vencer as eleições. Deste modo, evita-se que eventuais adversários dentro do próprio partido sejam afastados para Bruxelas, estimulando, ao mesmo tempo, a ida dos eleitores às urnas para escolher a pessoa que os vai representar (Bonde, 2011: 160).

Pese embora estas propostas, a questão do défice democrático não se encontra sanado, tendo em conta que com o Tratado de Lisboa se introduziram alterações na composição do Parlamento Europeu. Estas alterações prendem-se com o facto de o número de lugares no Parlamento ser determinado por um sistema "... degressivamente proporcional, com um limiar mínimo de seis-membros por Estado-Membro" (UE, 2008: 22). Segundo esta regra, os países com maior população possuem mais eurodeputados do que os países com menos cidadãos. Claramente que esta regra é mais justa do que por exemplo, todos os países terem o mesmo poder de voto. Todavia, na perspetiva dos países menos populosos poderá ser sempre alegado que na verdade a UE não é uma verdadeira democracia e, no fundo, ser um diretório de Estados. O período denominado "Merkozy" foi um exemplo claro de como dois Estados (neste caso, França e Alemanha) coordenaram a vida política desta instituição. Podem ser enumeradas várias situações em que França e Alemanha tomaram posições similares, mas talvez seja de assinalar a postura que estes dois países assumiram na resolução da crise da moeda europeia, elaborando um plano que previa "... a revisão dos tratados europeus com o objetivo de reforçar a disciplina

orçamental de 17 estados-membros da zona euro e de criar "medidas de solidariedade" para ajudar os países em dificuldades" (Jornal de Notícias, 2011: 1).

Pode afirmar-se que o problema do défice democrático está intimamente relacionado com o défice de legitimidade da UE (Warleigh-Lack, 2003). O conceito de legitimidade democrática surge interligado aos conceitos de transparência e responsabilidade. Segundo Dilek Yiğit (2010), para haver legitimidade é necessário que haja consentimento dos cidadãos. Ora esse consentimento é visível sobretudo através das eleições.

É de salientar que a ocorrência de eleições não é uma condição que garanta por si só o funcionamento da democracia. De facto, existem casos de regimes ditatoriais eleitos pela população. Além disso, quando um governo é eleito mas toma medidas contrárias às que propôs no programa eleitoral, coloca não só a sua credibilidade em causa como também a própria legitimidade de governação. Uma vez que existe um desfasamento entre as medidas previstas e o modo como o governo realmente age, a população pode considerar que não era aquele governo que pretendia para o seu país. Nestes casos, é necessário que os cidadãos lhe reconheçam o poder de governar, não só através de eleições, como também pela não ocorrência de situações que possam inviabilizar a estabilidade desse governo.

Relativamente ao funcionamento da UE a questão da legitimidade é muitas vezes colocada. Um dos motivos que põe em questão essa legitimidade está relacionado com o facto de, ao contrário do Parlamento Europeu, a Comissão Europeia não ser eleita diretamente pelos cidadãos. A escolha dos membros da Comissão é feita do seguinte modo: o Presidente da Comissão Europeia é eleito pelo Conselho Europeu, os restantes Comissários são propostos pelo Presidente nomeado e toda a equipa da Comissão (incluindo o Presidente proposto) está sujeito a aprovação do Parlamento Europeu (UE, s.d.). Este modelo de eleição dos representantes da Comissão contribui para um crescente distanciamento entre a UE e os seus cidadãos. Este problema é evidente por exemplo no caso de Portugal, onde as taxas de abstenção nas eleições parlamentares são bastante elevadas.

Sobre o tema da legitimidade democrática, é importante fazer uma distinção entre os vários tipos de legitimidade que se podem obter. Entre estes encontram-se a *input legitimacy* (Scharpf, 2000), a *output legitimacy* (Scharpf, 2000) e a *throughput legitimacy* (Schmidt, 2013). Os dois primeiros conceitos, *input legitimacy* e *output legitimacy* foram apresentados por Fritz Scharpf, em 2000, na sua obra *Gouverner l'Europe*. Scharpf faz, então, uma pequena descrição do que são estes dois conceitos:

La pensée démocratique, lorsqu'elle s'attache à la analyse des *inputs*, met ainsi en exergue «le gouvernement *par le peuple*», les choix politiques étant considérés comme légitimes pour autant qu'ils reflètent la «volonté du peuple», c'est-à-dire lorsqu'ils découlent des préférences exprimées par les membres d'une communauté (Scharpf, 2000: 16).

A citação mostra que existem duas perspetivas diferentes sobre o que é legitimidade: *input legitimacy* e *output legitimacy*. Seguindo a teoria de Scharpf (2000): se se considerar que a participação dos cidadãos na esfera política é o que legitima a atividade da instituição, então, está-se perante a *input legitimacy*; se a tónica recai nas medidas a tomar em prol dos cidadãos que essa instituição representa, então, verifica-se o caso de *output legitimacy*.

Estas duas perspetivas não são necessariamente antagónicas. Isto porque uma atribui mais ênfase aos atores que intervêm no processo democrático, outra destaca as medidas tomadas em prol dos cidadãos. Considero, no entanto, que em relação à UE, esta tem procurado afirmar a sua legitimidade mais em termos de *output democracy* pois a quantidade de medidas aprovadas sobre temas como os direitos humanos ilustram a procura por parte da UE em que os cidadãos se identifiquem não só em termos de valores democráticos como também no que respeita aos interesses (Schmidt, 2000). Tendo em conta as inúmeras decisões tomadas, muitas vezes, consolidadas em Tratados, Planos de Ação e outros programas do foro político, económico e social, é evidente o carácter burocrático da União. À partida, estes projetos destinam-se, entre outros aspetos, a melhorar as condições de vida da população europeia e não só, mas o que muitas vezes acontece é um distanciamento entre os cidadãos e a União. Este distanciamento gera-se, em muitos casos, por questões financeiras, que impedem a real implementação das medidas previstas. Para além destes problemas económicos, existe ainda uma questão talvez mais gravosa: o desfasamento de algumas medidas tomadas para a resolução dos

problemas de certos países. Por outras palavras, nem sempre as resoluções propostas pela UE são as mais indicadas para resolver os problemas de cada Estado e nesse campo, o acervo comunitário na forma como está atualmente disposto é um problema. Na verdade, o acervo comunitário é adequado para países cujo mercado é bastante desenvolvido, sendo no entanto questionável a sua praticabilidade em Estados com economias menos desenvolvidas e cujas reformas económicas mais básicas ainda estão por implementar (Blatt, 2003: 34-35).

Contrapondo a ideia de *input legitimacy* e *output legitimacy*, existe a proposta de *throughput legitimacy*. Vivien A. Schmidt (2013: 2) define-a como

... another term from systems theory [...] judged in terms of the efficacy, accountability and transparency of the EU's governance processes along with their inclusiveness and openness to consultation with the people (Schmidt, 2013: 2).

De acordo com Schmidt, alguns autores acreditam que este tipo de legitimidade se adquire mediante as inúmeras possibilidades de governação, se tomaram as opções mais eficazes para resolver os problemas, sendo que a população também participa neste processo de deliberação (Schmidt, 2013). Quer dizer que neste caso o que está em avaliação são as formas como se executam as políticas, estudando a receptividade da população para as cumprir.

Este modelo é à partida o mais apelativo para o pleno funcionamento da UE enquanto instituição, uma vez que faculta à população a possibilidade de discutir as formas de resolver os problemas. No entanto, torna-se inviável porque para esses processos de decisão nunca poderão estar envolvidos todos os cidadãos. Ora, se se proceder à escolha de apenas alguns cidadãos, os princípios de responsabilidade e transparência serão desrespeitados, dado que prevalecerão os interesses daquela pequena parte.

2.2 Princípios-base da Política Europeia de Vizinhança.

Antes de analisar detalhadamente os princípios da PEV, é necessário fazer uma breve contextualização histórica deste instrumento. Perspetivando o alargamento da

Europa a 25³, em 2004, era essencial para a UE definir as suas fronteiras mas ao mesmo tempo estabelecer uma relação baseada na estabilidade e segurança com os novos vizinhos, "... dando-lhes a possibilidade de participar em várias atividades da UE..." (Comissão Europeia, 2011b: 1). Deste grupo da vizinhança iriam fazer parte os estudos de caso desta dissertação, Geórgia e Tunísia, entre outros países. Em suma, "a Política Europeia de Vizinhança tem como objetivo partilhar os benefícios da UE com os seus países vizinhos, contribuindo assim para o reforço da estabilidade, segurança e bem-estar comuns" (Comissão Europeia, 2011b: 1).

Dado que o alargamento de 2004 ocorreu tanto para Sul como para Leste, foram criadas várias parcerias entre as quais a União para o Mediterrâneo e a Parceria Oriental (UE - Serviço de Ação Externa, s.d.b). Estas parcerias servem para estabelecer um contacto mais próximo com os países de cada região, promovendo os princípios de democracia e direitos humanos que estão na base do funcionamento da PEV, permitindo também que estabeleçam acordos multilaterais entre esses países e a UE. Neste âmbito, encontram-se iniciativas como *A Partnership for Democracy and Shared Prosperity* (Comissão Europeia, 2011) ou o Programa Nacional Indicativo da Geórgia (UE - Serviço de Ação Externa, 2007). Criada em 2009, no âmbito da Cimeira da Praga, a Parceria Oriental

... promotes democracy and good governance; strengthens energy security; promotes sector reform and environment protection; encourages people-to-people contacts; supports economic and social development; provides additional funding for projects to reduce social inequality and increase stability (UE - Serviço de Ação Externa, s.d.: 1).

Um dos pontos fortes desta parceria é a possibilidade de se estabelecerem relações bilaterais entre os vários participantes deste projeto - UE, Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Moldova e Ucrânia - assim como a realização de várias iniciativas multilaterais entre os representantes destes Estados (Bardakçı, 2010: 221). Não menos importantes são os vários documentos formulados, nomeadamente os relatórios e Programas Indicativos de cada país, que procuram definir quais as áreas que devem ser intervencionadas com vista à democratização dos países. No entanto, os apoios financeiros

³ No ano de 2004, aderiram à UE os seguintes países: Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, Republica Checa, Hungria, Eslováquia, Eslovénia, Chipre e Malta (UE, 2007a).

nem sempre surtiram o efeito desejado. Como é evidente, são sempre necessários fundos monetários para aumentar, por exemplo, o nível de escolaridade (Comissão Europeia, 2010: 19) pois automaticamente são necessárias melhores infraestruturas que possibilitem um ensino mais qualificado. Contudo, devido à postura assumida pela UE considerada por alguns autores de *low profile*, esta não permite que seja tomado um papel mais ativo tanto nas negociações para a resolução de conflitos como também na mediação dos mesmos (Bardakç1, 2010: 221, 222). Foi isso que aconteceu na Guerra da Ossétia do Sul, em 2008, como se vai verificar mais adiante neste trabalho.

Quanto à União para o Mediterrâneo, esta surgiu em 2008, na Cimeira de Paris, com o intuito de realizar "*specific projects*" e de promover uma "*regional cooperation*" quer a nível económico quer social (União para o Mediterrâneo, s.d.: 1). Inserida no contexto da Parceria Euro-Mediterrânica, mais do que dar continuidade a trabalho iniciado com o Processo de Barcelona (União para o Mediterrâneo, 2013), a UE precisou de relançar todas essas iniciativas que promoviam o contacto mais próximo com os países do Mediterrâneo - a saber: Argélia, Egipto, Líbia, Marrocos, Tunísia, Israel, Jordânia, Líbano, Síria, Palestina e Turquia (União para o Mediterrâneo, 2013a). Tal como a Parceria Oriental, a União para o Mediterrâneo promove a existência de relações multilaterais entre as várias partes envolvidas, o que acaba por enriquecer a UE no sentido do contacto com estes Estados não ser feito apenas bilateralmente, como é normalmente preconizado pela PEV (Emerson, 2012: 51). Ainda assim, algumas marcas deixadas pelo Processo de Barcelona continuam a interferir na eficácia dos projetos euro-mediterrânicos. Deste modo, apesar de se aproveitar algum trabalho desenvolvido no âmbito deste Processo, herdaram-se também algumas das suas falhas estruturais, que impedem uma resposta mais clara aos problemas que estes países enfrentam, em particular, os países do Norte de África (Asseburg, 2013: 56). Estas falhas prendem-se sobretudo com a falta de revisão de políticas, que muitas vezes não são capazes de resolver os problemas que uma região em conflito enfrenta (Asseburg, 2013: 56).

Ambas as iniciativas contribuíram para reaproximar a UE quer da Geórgia, quer da Tunísia. Na verdade, os acontecimentos do 11 de setembro serviram para que os países do Norte de África e Médio Oriente percecionassem as políticas contra o terror como uma ameaça à sua soberania (Monshipouri e Assareh, 2011). Porém, esta reaproximação não se

traduziu por exemplo numa maior estabilidade dos dois países. Sendo assim, resta analisar que regras estão por detrás do funcionamento da PEV, sendo que a sua relação com os estudos de caso será estudada na secção seguinte.

A PEV rege-se sobretudo pelo princípio da condicionalidade. Dita este princípio que o apoio da UE depende de determinadas condições, ou seja, o apoio da UE depende do grau de participação dos Estados na PEV assim como do nível de cooperação entre a UE e esses Estados (Eriş, 2012: 248). O problema deste princípio prende-se, por um lado, com o facto de ser menos atrativo para os Estados que num futuro próximo não podem aderir à UE; por outro, a imprecisão das metas a cumprir nos Planos de Ação revela-se também na falta de referência a eventuais medidas punitivas caso as metas não sejam cumpridas (Babayán, 2012: 50). Se quanto aos países que tinham intenções em pertencer à União, nos quais a Geórgia se inclui, se revela esta falta de eficácia da condicionalidade política, então quanto aos países que nunca pretenderam aderir à União a situação também se repete. A falta de atratividade desta política é agravada pela sua inconsistência, que se traduz no tratamento diferenciado em relação aos diferentes Estados, motivado, por exemplo, por interesses económicos assim como pela falta de eficácia das medidas propostas para a democratização que podem ter elevados custos para países com regimes autoritários, como é o caso da Tunísia (Schimmelfennig, 2007: 15, 16).

2.3. União Europeia nos contextos pós-revolucionários da Tunísia e da Geórgia.

A presente secção tem o intuito de fazer uma revisão dos acordos estabelecidos entre UE e os dois estudos de caso: Geórgia e Tunísia. Mediante a apresentação dos principais aspetos que norteiam tanto os Planos de Ação como as suas revisões anuais, apresentam-se algumas conclusões sobre a eficiência das suas medidas. Ambos os Planos da Ação começam com uma referência ao período de tempo necessário para a implementação dos objetivos, que é de cinco anos. Sobre o Plano da Geórgia, são oito as áreas consideradas essenciais para a obtenção de segurança, estabilidade e bem-estar no país: *"strengthen rule of law..."* (UE e Geórgia, 2006: 4); *"improve the business and*

investment climate ..." (UE e Geórgia, 2006: 5); *"encourage economic development [...] promote sustainable development..."* (UE e Geórgia, 2006: 6); *"enhance cooperation in the field of justice, freedom and security..."* (UE e Geórgia, 2006: 8), *"strengthen regional cooperation"* (UE e Geórgia, 2006: 9); *"promote peaceful resolution of internal conflicts"* (UE e Geórgia, 2006: 10); *"cooperation on Foreign and Security Policy"* (UE e Geórgia, 2006: 10); e, por último, *"transport and energy"* (UE e Geórgia, 2006: 11). Da apresentação destas áreas prioritárias, conclui-se desde logo que existe uma primazia da vertente económica, que remete para o reforço das trocas comerciais entre a UE e a Geórgia. Para cada uma destas áreas é necessária a concretização de várias etapas que vão desde a melhoria do sistema judicial à resolução dos conflitos entre a Geórgia e as regiões separatistas. Embora seja mencionado o apoio em termos monetários em áreas como o controlo das finanças públicas, a verdade é que não é feita qualquer referência sobre os custos que cada uma das áreas prioritárias tem. De facto, este Plano de Ação combina com o Programa Nacional Indicativo da Geórgia, onde já são referidos os montantes a despendar em cada área. Ainda assim, pode-se concluir através da leitura do Plano que este é impreciso relativamente à quantidade de recursos financeiros a gastar assim como quanto à forma de os utilizar. Apresenta-se também uma imprecisão sobre o que se entende por cooperação regional, não sendo mencionadas quaisquer iniciativas que apoiem as relações inter-governamentais (Babayán, 2010: 50).

A situação atual destes dois países revela que os propósitos da União para cada um dos casos está longe de ter sido alcançada. Atualmente, visiona-se uma Geórgia instável, que embora tenha eleito um novo presidente, em outubro de 2013 (The President of Georgia Georgi Margvelashvili, 2011), ainda tem muito que provar sobre valores democráticos e combate à corrupção. Por seu turno, a Tunísia apresenta-se como sendo um país de "sucesso" quanto às mudanças efetuadas pela Revolução Jasmim. Certamente que este sucesso é questionável, pelo menos quanto à concretização dos objetivos da UE. Passados cerca de três anos, ainda não há sinais de democracia. Aquilo que pareceram ser umas eleições livres e justas (Ban Ki-Moon *apud* UN-Department of Political Affairs, 2012), revelaram pouco ou nada mudar no país se se tiver em conta, por exemplo, que ainda recentemente foi assassinado Chokri Belaid, grande opositor do Ennahda, partido que até então governava (Byrne, 2013).

Os limites da atuação da UE são sobretudo de ordem ideológica e burocrática. Porém, este não é um problema que tenha surgido apenas recentemente. É um problema que muitas vezes esteve presente na UE. A União para o Mediterrâneo é uma prova disso. Esta iniciativa surgiu porque a Parceria Euro-Mediterrânica não foi eficaz na prossecução das suas medidas viradas para a democracia, para a paz, para os direitos humanos. Segundo Raffaella A. Del Sarto e Tobias Schumacher (2005: 18) a Parceria Euro-Mediterrânica foi vítima de uma mudança de "*regional and global parameters*", que influenciaram o trabalho da União, impedindo que o processo de transição para a paz se realizasse. Esta mudança geopolítica no Norte de África e Médio Oriente colocou à prova a capacidade de a União se adaptar a novas realidades, como por exemplo, aos atentados do 11 de setembro que acentuaram as clivagens entre EUA e a região do Norte de África e Médio Oriente.

As manifestações da Primavera Árabe apanharam de surpresa o mundo ocidental e a UE não foi exceção. Ora, tendo em conta esta reação constatam-se dois factos: a UE não prestou a devida atenção ao rumo que a Tunísia estava a tomar em termos económicos, políticos ou sociais; a UE possui pouca margem de execução das suas medidas na Tunísia.

Estes dois factos não são necessariamente contraditórios. Na verdade, contrariamente ao que muitas vezes é veiculado, a UE pode exercer um papel preponderante na região. Não se pode esquecer que a União é o principal parceiro comercial da Tunísia, "*... with a total trade amounting to approximately €20.6 billion in 2012, which accounts for 55.9% of Tunisian trade*" (Comissão Europeia, 2014: 2). Assim sendo, pode-se dizer que para a Tunísia não é vantajoso um corte total de relações com a UE, o que por sua vez se traduz nalguma liberdade de intervenção em campo da União.

Já se percebeu que não é com atitudes absolutamente burocráticas que se resolvem os problemas do país. Os programas e os planos de ação são importantes para guiar o trabalho a fazer doravante por cada uma das partes, quer da União quer da Tunísia. São também fundamentais para prever que tipo de financiamento atribuir para as atividades definidas. No entanto, este planeamento da intervenção a executar não deve sobrepor-se ao trabalho prático, ao contactar diretamente com as populações, perceber quais são as suas necessidades, ter a capacidade de ouvir opiniões diferentes e aceitar fazer o verdadeiro diálogo que a União tantas vezes refere nos seus programas. De outro modo, dificilmente a União terá sucesso porque sem esta abertura de mentalidade, a população tunisina

possivelmente considerará a atitude da UE uma atitude imperialista que satisfaz apenas as vontades e os interesses ocidentais. De facto, esse erro é visível por exemplo no programa *Support to Partnership, Reform and Inclusive Growth* (SPRING), redigido no contexto da Primavera Árabe. Esse programa assume que o objetivo final da ajuda da UE é uma transição democrática com moldes ocidentais, regida, entre outros, pelos seguintes princípios: "*human rights and fundamental freedoms*", "*democratic governance*", "*freedom of association, expression and assembly and a free press and media*", "*gender equality*" e "*rule of law administered by an independent judiciary and right to a fair trial*" (Comissão Europeia, 2011a: 4-5). Nenhum destes princípios foi cumprido e alguns dificilmente poderão ser concretizados. A ideia de *one size fits all* não serve para a Tunísia, porque a UE terá que adaptar as suas políticas pró-democráticas às características da sociedade tunisina, considerando, por exemplo, o papel da religião na sociedade. Não é expectável que tal atitude exista pelo menos durante os próximos tempos, uma vez que por exemplo, nos Conselhos Europeus, realizados até dezembro de 2013 o estudo da atuação nos países da Primavera Árabe tem merecido pouco destaque.

Na Revolução das Rosas, a UE assumiu a mesma postura burocrática, manifestada através de Planos de Ação, Acordos de Associação ou Relatórios Anuais de Progresso, mas o rumo que o país tomou foi bastante diferente. Conhecida pelos seus problemas políticos, que a opõem a várias regiões separatistas (entre as quais, a Ossétia do Sul), a Geórgia foi desde a sua independência acompanhada pela UE, sendo, por exemplo, "*... the second-largest donor of financial aid to Georgia...*" (ADLE, s.d.: 1). De facto existiram alguns apoios com a intenção de promover os direitos humanos, combater a corrupção e promover a estabilidade interna, mas esses apoios estiveram muito aquém das expectativas. Os níveis de corrupção eram cada vez maiores com Shevardnadze no poder, o desemprego também não parava de aumentar e os ideais estavam longe de ser alcançados. É evidente que a UE podia e deveria ter feito mais, apesar dos mecanismos de diálogo e cooperação existentes, incluindo, por exemplo, a visita de líderes políticos ou o desbloqueio de fundos. O estabelecimento de uma delegação europeia na Geórgia, em 1995 e a criação dos Acordos de Parceria e Cooperação que regem as relações entre a UE e a Geórgia (entre outros países do Leste europeu), poderiam ter constituído um grande passo para o apoio ao processo de democratização georgiana. Contudo, isso não se verificou. Claramente a UE perdeu uma oportunidade de contribuir em matéria de promoção de democracia, de direitos

humanos, de combate à pobreza. Isto porque ao contrário do que acontece na Tunísia, a UE possuiu desde sempre espaço para execução das suas atividades dada a forte ligação que a Geórgia procura fomentar com o Ocidente. Possivelmente o que esteve por detrás de alguma incapacidade da União foi, por um lado, o receio do esfriamento da relação entre a UE e a Rússia, país absolutamente apoiante das regiões separatistas; por outro lado, o rumo que a relação entre a Geórgia e a Rússia estava a tomar, que muitas vezes colocava em questão a verdadeira intenção de democratização da Geórgia; e, por fim, a falta de precisão quanto às metas a atingir para uma verdadeira democracia. Certamente que um papel mais ativo por parte da UE teria contribuído para evitar as manifestações que geraram a Revolução das Rosas.

Com a Revolução das Rosas as esperanças de democratização voltavam a crescer. Surgiam iniciativas como o *European Instrument for Democracy & Human Rights* (Comissão Europeia, 2012), que visavam a implementação da democracia e dos direitos humanos. No âmbito da PEV, é criada uma iniciativa denominada Parceria Oriental da qual a Geórgia é um dos países participantes. Atualmente, a relação com a UE é sobretudo regida pelo *European Neighbourhood Action Plan*, de 2006 que prevê, entre outros aspetos:

Strengthen rule of law especially through reform of the judicial system, including the penitentiary system, and through rebuilding state institutions. Strengthen democratic institutions and respect for human rights and fundamental freedoms in compliance with international commitments of Georgia (PCA, Council of Europe, OSCE, UN) (UE e Geórgia, 2006)

Com a elaboração deste Plano de Ação, a Geórgia parecia reunir todas as condições para cumprir as suas obrigações de carácter económico e político, obrigações que estavam não só previstas neste Plano como também nos Acordos de Parceria e Cooperação. No entanto, até aos dias de hoje isso não aconteceu. Para tal, talvez tenha contribuído a política de condicionalidade que a UE impõe para que seja possível a sua adesão. Sendo que, neste momento, o governo georgiano sabe que não consegue cumprir tais condições e, possivelmente, sente-se desmotivado para fazer algum esforço em termos de democratização. Por outro lado, a possibilidade de adesão à União poderia ser um incentivo ao cumprimento das metas estabelecidas sobretudo no campo político.

Não obstante as dificuldades que a Geórgia tem enfrentado para cumprir, a verdade é que este país está cada vez mais próximo de uma futura adesão à UE, graças à ao reforço das relações com a mesma, através da assinatura, por exemplo, do Acordo de Associação em Junho de 2014, que salienta uma vez mais, o estabelecimento do diálogo político, essencial para a estabilidade do país, assim como a incrementação das relações comerciais entre a Geórgia e a UE (UE - Serviço de Ação Externa, s.d.a).

Capítulo 3. As influências dos EUA e da Rússia nas Revoluções das Rosas e Jasmim.

O presente capítulo tem como objetivo estudar a influência de alguns atores internacionais desde as Revoluções das Rosas e Jasmim nos contextos de transição destes países. No capítulo anterior, foi estudado o papel da UE desde que estas revoluções sucederam, destacando a PEV enquanto instrumento de ação da UE no exterior. Este terceiro capítulo procura avaliar a forma de intervenção de países como os EUA e a Rússia que assumem uma enorme preponderância sobre a Geórgia e a Tunísia. Analisados os pontos fortes e fracos de cada uma das intervenções, serão retiradas lições no quarto capítulo sobre a forma como a UE possa constituir-se como uma mais-valia tanto para a Geórgia como para a Tunísia relativamente aos complexos processos de transição democrática.

3.1. A Geórgia como fator de interesse para a comunidade internacional.

A dissolução da União Soviética, em 1991, foi um acontecimento marcante para as Relações Internacionais. Entre os novos países independentes estava a Geórgia, um território já anteriormente bastante preocupante para as pretensões soviéticas que se prendiam no cômputo geral com a manutenção da integridade de todo o território soviético. Pode afirmar-se que, no período prévio à independência da Geórgia, já tinham sido deixados alguns indícios de que a separação face ao restante espaço soviético estaria cada vez mais próxima. De facto, as políticas permissivas criadas no âmbito da *glasnost* e da *perestroika*, abriram espaço para que surgissem grupos de oposição nacionalistas, reivindicando a soberania georgiana (Devdariani, 2004: 83).

O descontentamento entre a população georgiana face ao rumo que a União Soviética estava a tomar era cada vez maior, sendo também cada vez mais frequentes as manifestações e tentativas de declaração de independência. Nesse sentido, o massacre de 9 de abril de 1989 funcionou como catalisador para que mais tarde a Geórgia se constituísse como um país independente, uma vez que a morte de vários jovens georgianos levou a que o país se unisse contra as autoridades soviéticas (Kukhianidze, 2009).

Com uma população de cerca de 4.6 milhões de habitantes, a Geórgia tem sido, por razões diversas, alvo de estudo em numerosos temas da história moderna (Fawn, 2012). Contudo, é questionável se a atenção foi a mais acertada, no tempo certo e pelas razões devidas (Fawn, 2012). Uma das críticas apontadas à atuação dos EUA e da UE após a Revolução das Rosas foi a de que a sua intervenção foi bastante tardia.

Este pensamento surge na sequência daquela que foi a influência exercida pelos atores ocidentais nos anos 90. Zviad Gamsakhurdia foi o primeiro presidente georgiano eleito. Conhecido por ser forte defensor dos ideais independentistas, Gamsakhurdia começou por seguir um modo de governação anti-soviético e anti-minorias, o que originou mais tarde, em 1990, a guerra na Ossétia do Sul. Segundo a posição oficial da Geórgia, a Ossétia do Sul assim como a Adjaria e a Abecásia são territórios seus pelo que o governo georgiano tem toda a legitimidade para determinar como estes espaços seriam governados. Mediante esta tomada de posição, os líderes russos opuseram-se veementemente (Aydin, 2011) Na verdade, as características culturais e geográficas da Ossétia do Sul não são as mesmas que as das restantes regiões separatistas. A Ossétia do Sul possui, por um lado uma elevada percentagem de população pró-Rússia (Šustrová, 2007). Por outro, é inegável a importância que este território possui para as aspirações económicas e energéticas da Rússia, sendo que passam por lá oleodutos que fornecem gás não só para a Rússia como também para vários países da Europa Oriental (Berman, 2004).

Com o fim da União Soviética, marcou-se o final de uma era: a era comunista na Europa Oriental. Embora na Geórgia ainda por momentos se tivesse acreditado que o comunismo era a solução para os problemas que se viviam no início da década de 90, a verdade é que tal não aconteceu. Aumentaram os problemas sociais e económicos do país, existindo desse modo elevados níveis de desemprego, de pobreza e um aumento de criminalidade (Aydin, 2011). Todas estas questões abriam espaço a que surgissem novos intervenientes na resolução dos entraves internos que a Geórgia atravessava naquela altura. A queda do regime de Gamsakhurdia e a consequente eleição de Eduard Shevardnadze traziam um novo alento no que respeitava a um estreitamento das relações Geórgia-Occidente. Shevardnadze começou por trazer a Geórgia para as principais organizações internacionais, promovendo ao mesmo tempo um corredor energético apoiado pelo Occidente (Devdariani, 2003). No entanto, este comportamento de Shevardnadze que

parecia ser de maior abertura estava a mascarar aquilo que mais tarde se percebeu com maior clareza: um regime presidencialista autoritário, com forte culto de personalidade e marcado por elevados índices de corrupção. Assim, a entrada de Organizações Não-Governamentais no território não foi impedida desde que estas alimentassem a imagem de que a Geórgia era um regime democrático (Broers, 2005). Por seu turno, algumas instituições do Ocidente viam que a sua entrada em funcionamento na Geórgia seria fulcral para unir a população georgiana em torno de ideais democráticos, utilizando para isso recursos financeiros e políticos que permitissem o fortalecimento da sociedade civil (Broers, 2005).

Ainda assim, a Geórgia ficou um pouco esquecida pelo Ocidente. Se, por um lado as medidas protecionistas que se aplicavam durante os anos 90 não permitiam que se estabelecessem grandes relações económicas com este país, por outro, também não interessava hostilizar um país que à partida estaria a favor dos ideais ocidentais. Contudo, em 2001 tudo muda com a ocorrência dos atentados terroristas nos EUA. A política externa americana começa por ser movida pelo princípio de "guerra contra o terror" e nesse ponto consegue alcançar em conjunto com a Rússia alguns acordos sobre questões securitárias e económicas, nomeadamente no âmbito da Cimeira de Houston, em 2002, onde foram realizados acordos energéticos (Freire, 2011: 166). É preciso não esquecer que tal como os EUA, a Rússia assume uma posição claramente opositora aos ideais fundamentalistas islâmicos que assumem grande proporção em regiões como a Chechénia (BBC News, 1999). A aproximação Ocidente-Oriente podia ter contribuído para também resolver os problemas que a Geórgia ainda nesta altura enfrentava mas tal ficou completamente esmorecido pelo apoio em termos de preparação militar que os EUA forneceram à Geórgia, enviando deste modo algumas tropas georgianas para o Afeganistão (OTAN, 2013). Esta preparação militar foi considerada como algo que poderia pôr em causa a supremacia russa no espaço pós-soviético. Ainda assim, importa salientar a importância quer das questões económicas quer das questões securitárias nas agendas políticas da Rússia e dos EUA e ainda o carácter identitário que a política externa russa vem assumindo ao longo dos anos. Estas três vertentes serão analisadas nas secções seguintes.

3.1.1. O impacto da Rússia na Geórgia

A Revolução das Rosas foi considerada um marco para o sistema internacional. A importância desta Revolução prende-se com o facto da população georgiana pretender colocar um ponto final no regime que até então vigorava - o regime de Shevardnadze - e seguir um caminho rumo a uma democratização de estilo ocidental. Para tal, as influências ocidentais de Saakashvili foram determinantes para que existisse essa aproximação. Estas influências ocidentais que o antigo presidente georgiano foi adquirindo resultaram dos vários anos que esteve a estudar e a trabalhar fora da Geórgia, nomeadamente nos EUA (BBC News, 2004).

Por outro lado, tal como a Revolução Jasmim no seu espaço geográfico, a Revolução das Rosas foi a primeira de uma onda de revoluções no espaço pós-soviético com vista à alteração de regime e transição para um sistema democrático. Observe-se o caso por exemplo da Revolução Laranja, na Ucrânia, que ocorreu no ano seguinte.⁴

Como foi referido no capítulo anterior, os propósitos desta Revolução prendiam-se sobretudo com a procura de melhores condições de vida da população assim como acabar com os elevados níveis de corrupção que se verificavam na Geórgia (Papava, 2006). Orientada por Mikheil Saakashvili e por um movimento juvenil denominado Kmara, esta revolução apresentava uma clara orientação pró-ocidental. Os vários anos que Saakashvili viveu nos EUA e o apoio fornecido pela Freedom House e US Aid aos jovens do Kmara são indicadores deste cariz ocidental da revolução (Jakopovich, 2007). Tendo em conta a crescente aproximação ao ocidente, a UE teve uma grande oportunidade para mostrar o seu trabalho em prol de uma democratização já desejada desde a dissolução da União Soviética. Porém, esse objetivo de democratização fora desde sempre bloqueado por vários fatores internos como por exemplo as recorrentes situações de instabilidade entre a Geórgia e as suas regiões separatistas⁵. Observe-se por exemplo, as tentativas de negociação para a

⁴ Sobre a Revolução Laranja, consultar: Freire, Maria Raquel (2006) "A Revolução Laranja na Ucrânia: Uma democracia a consolidar". *Relações Internacionais*. 12, 49-64; e ainda, Simon, Gerhard (2006) "An Orange-Tinged Revolution: The Ukrainian Path to Democracy". *Russian Politics and Law*. 44 (2), 5-27.

⁵ Estas regiões separatistas (Adjara, Ossétia do Sul e Abecásia) surgiram após a independência da Geórgia.

paz entre a Geórgia e a Ossétia do Sul que não só falharam como mais tarde, em 2008, vieram desencadear uma guerra (Arnold, 2004).

Quando se avalia o fracasso que tem sido a atuação UE, deve ter-se em conta o papel de dois atores externos que exerceram alguma influência no pós-Revolução das Rosas: a Rússia e os EUA. A análise da preponderância destes dois atores neste contexto, não se pode dissociar das respetivas políticas externas, sendo que a forma como interagem com a Geórgia constitui um reflexo disso mesmo.

Começando pelas relações Rússia-Geórgia, estas foram sempre marcadas por uma enorme tensão, sendo que desde a saída da Geórgia da Comunidade de Estados Independentes, em 2009, após a Guerra na Geórgia, são praticamente inexistentes. Por detrás deste historial de tensão, que teve o seu auge quando a Rússia entrou em território georgiano culminando com a Guerra na Geórgia, encontram-se inúmeros motivos que impedem a Geórgia de transitar para uma democracia de forma consolidada.

Em primeiro lugar, as diferentes noções de democracia entre o Ocidente e a Rússia são claramente um entrave para que a Geórgia seja verdadeiramente uma democracia. O conceito de "democracia soberana" não se conjuga com o termo de democracia liberal. Embora ambas prevejam a participação do povo nos atos eleitorais, são completamente diferentes no que concerne à atuação do Estado sobre as diversas atividades. O conceito de "democracia soberana" prevê que a soberania do Estado russo se sobreponha aos ideais democráticos, havendo dessa forma uma utilização de meios não democráticos para atingir algumas reformas políticas (Petrov, 2005: 181-182). Maria Raquel Freire (2011: 37) apresenta a "democracia soberana" como "o modelo definidor de um estilo de governação autoritário, assente no entendimento minimalista de democracia que se traduz na fórmula básica de realização de processos eleitorais".

A conceção de "democracia soberana" ilustra no fundo a questão de "não ingerência" em assuntos internos de um Estado, muitas vezes invocada pela Rússia, como forma de defender aquilo que considera ser a sua esfera de governação. Por outras palavras, no entendimento russo, devem ser os governantes e as autoridades russas a cultivar o bem-estar da sua população, sem a interferência de atores externos. Contudo, um país democrático não é apenas aquele que realiza eleições; é preciso que estas sejam livres

e justas (O'Donnell e Schmitter, 1986). Sendo assim, não pode existir tolerância às mais variadas violações da liberdade de expressão, que no caso da Rússia se traduzem em prisão ou morte de vozes opositoras ao regime (Gutterman, 2014). No fundo, a noção de "democracia soberana" é uma justificação para utilizar o poder autoritário russo que oficialmente se guia por questões de "...ordem, estabilidade, desenvolvimento e democratização..." (Freire, 2011: 37).

O enfoque no papel do Estado tem por detrás a forte defesa do nacionalismo que existe na Rússia. Luke March (2011: 189) classifica o nacionalismo russo como um "nacionalismo de gestão" ("*managed nationalism*"). Este nacionalismo traduz-se em três vertentes: uma "*official nationality*", um "*cultural nationalism*" e um "*political nationalism*" (March, 2011: 192-193). Estes três tipos de nacionalismos atribuem destaque à ideologia, aos discursos oficiais russos, ao papel que os meios de comunicação social assumem na construção de uma Rússia com formas de atuação distintas e também às instituições políticas como importantes mobilizadores da população. (March, 2011: 192-193). Esta forma de condução da política externa russa é uma exaltação àquilo que é a identidade russa, diferente de todas as outras, onde a história e a cultura desempenham papéis fulcrais (March, 2011).

Além disso, questões como a estabilidade e a segurança estiveram sempre oficialmente presentes na agenda russa. Neste âmbito, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, salienta, entre outros aspetos o seguinte princípio orientador da política externa:

a) ensuring the security of the country, protecting and strengthening its sovereignty and territorial integrity, and securing its high standing in the international community as one of the influential and competitive poles of the modern world (Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, 2013: 1).

Desta afirmação ressalta que o objetivo de segurança apenas será atingido pela manutenção da sua soberania e integridade do seu território. Claramente que as relações Rússia-Geórgia nem sempre foram regidas por este princípio. A Rússia sempre viu o espaço pós-soviético como uma região que outrora estaria unida pelos mesmos princípios, pelos mesmos ideais, ligados pela sua cultura, pela sua história. Para além disso, a Rússia nunca aceitou o facto de poder deixar de ser o ator com maior influência naquela região,

apesar dos limites que aí encontra, e nesse sentido vê os EUA como uma ameaça. O reforço das relações EUA-Geórgia coloca em oposição duas ideologias completamente distintas como são a democracia liberal e a democracia soberana assim como a hegemonia russa no espaço pós-soviético (Tsygankov, 2009).

A perda de soberania russa no espaço soviético significou uma menor influência da Rússia nesses países. Isto foi desde sempre uma questão preocupante para as pretensões russas, sobretudo se se considerar que pela zona da Geórgia passa o oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (note-se que este oleoduto não passa fisicamente por território russo), que é importante para o funcionamento da Gazprom, companhia energética russa. A importância deste oleoduto é de tal forma fundamental para a economia russa que em 2010, a Gazprom pretendeu comprá-lo (Georgian News Tv, 2010). Sendo assim, por razões económicas e estratégicas interessa à Rússia que países como os EUA se mantenham longe das áreas que outrora a Rússia podia explorar livremente (Berman, 2004)

O apoio russo em relação à independência das regiões separatistas da Geórgia tem sido uma constante desde os inícios dos anos 90. Por este motivo, aliados às questões de espionagem russa em território georgiano, as relações Geórgia-Rússia têm sido marcadas por elevados níveis de desconfiança. Para tal contribuiu a eleição de Saakashvili para a presidência georgiana e as suas orientações pró-Occidentais. De facto, a adesão à UE e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) eram dois objetivos que faziam parte das pretensões georgianas (Governo da Geórgia, 2008). No entanto, a aproximação ao Occidente, como foi referido anteriormente, ameaçava a hegemonia russa naquela região, razão pela qual Vladimir Putin tomou em alguns momentos uma posição claramente antagónica aos ideais occidentais, criticando por exemplo, o trabalho das Organizações Não-Governamentais. Nesta linha de pensamento, devem ser analisados alguns discursos, como por exemplo, o discurso de Vladimir Putin na Conferência de Imprensa com Media Russos e Estrangeiros, em 2006. Nessa Conferência, a respeito das Organizações Não-Governamentais, Putin refere:

We want them to be financed in a transparent way, we want these organizations to be independent, and not to be controlled by some puppet master from abroad because such incidences like the one we just saw only compromise the activities of non-governmental organizations. But we cannot fail to address such incidences because non-governmental organizations cannot be used as a foreign policy instruments by one state on the territory of another (President of Russia, 2006: 1).

Neste trecho são evidentes as críticas que Vladimir Putin faz a alguns países com maior influência nas organizações internacionais, que se servem destas para servirem os seus próprios interesses nacionais. Aplicando ao caso da Geórgia as críticas feitas, estas são essencialmente dirigidas aos EUA que de uma ou outra forma vão ganhando apoio por parte dos georgianos, quer pelas promessas de adesão à OTAN quer pelo apoio militar fornecido no âmbito do *Georgia Train and Equip Program*. No mesmo discurso Vladimir Putin faz ainda uma pequena observação sobre o comportamento da Geórgia. Quando questionado sobre a forma como via os desenvolvimentos nas relações Geórgia-Rússia, Putin afirma que:

It seems to me that this is not linked to the weather but rather to the ability of different Georgian politicians to correctly evaluate the situation concerning mutual relations with Russia. There was an unfortunate incident, and yes, deliveries were suspended. Our experts worked around the clock in the mountains in minus 30 degree weather to restore Georgia's power supply. What have we heard and seen from the Georgian leadership? Some were simply spitting at us. And the citizens of Georgia must understand that such policies vis-a-vis Russia will not improve the situation of the ordinary Georgian. The responsibility for this lies with the Georgian authorities. As for our intentions, we consider the Georgian people one of the very closest peoples to the Russian people, both with respect to history and culture. You know how many Georgians lived and live in Russia and what an enormous contribution the many citizens of the Russian Federation and the former Soviet Union have made towards developing and strengthening Russia. We very highly value this and never forget about it. We hope that it constitutes a good bridge for strengthening friendly relations in almost all directions. We are ready for this. (President of Russia, 2006: 1).

A análise desta conferência de imprensa, em 2006, permite retirar algumas ilações que muito subtilmente foram contribuindo para as relações cada vez mais tensas entre Geórgia e Rússia. Neste discurso, Vladimir Putin desresponsabiliza-se pelas relações entre Rússia e Geórgia não terem tomado um melhor rumo, apontando o dedo ao governo de Tbilisi que considera responsável pela situação económica e social do país. Algumas expressões utilizadas como "*spitting at us*" mostram não só a agressividade presente nas suas palavras como também, mais profundamente, a oposição entre Rússia e Ocidente, visível nomeadamente através da alusão à história e cultura, vertentes essenciais na definição da política nacionalista russa. Estes foram alguns sinais que embora muito ténues, fizeram com que as relações Geórgia-Rússia piorassem, tendo como auge, a Guerra na Geórgia, em 2008.

De facto, a Rússia, enquanto ator preponderante no espaço pós-soviético, possui recursos nomeadamente económicos e militares que permitem controlar a Geórgia. Em primeiro lugar, possui uma capacidade militar bastante forte, apenas superada pelos EUA (GFP, 2014). Por outro lado, o apoio às regiões separatistas da Ossétia de Sul e da Abecásia faz com que ganhe o apoio destas populações e por sua vez aumentem as hostilidades contra o governo georgiano que não reconhece a sua independência.

A Guerra na Geórgia veio ilustrar a forma como a Rússia contribui para o impasse na resolução dos conflitos dentro do território georgiano. O envio de *peacekeepers* para o território da Ossétia do Sul foi claramente considerado pelo governo georgiano como um ataque à sua soberania e à sua capacidade em resolver os seus problemas internos (Tsygankov e Tarver-Wahlquist, 2009). Seguindo esta ordem de ideias, a Geórgia considerou esta atitude da Rússia como uma "*provocative action*" (BBC News, 2008). Por outro lado, as resoluções vetadas pela Rússia no Conselho de Segurança impediram que o conflito terminasse de forma rápida e eficaz, com vista a um entendimento entre todas as partes.

Apesar de todas estas dificuldades, não deve ser descurado o esforço da UE, na altura representada pelo Presidente francês Nicholas Sarkozy, em delinear um plano de cessar-fogo que conseguisse pôr fim às hostilidades. Esse acordo chegou mesmo a existir, sendo, desse modo, assinado por Dmitri Medvedev e Mikheil Saakashvili no dia 12 de agosto de 2008, cinco dias após a guerra ter começado. Entre as principais resoluções do plano encontram-se a proibição do uso da força, a retirada das tropas russas e georgianas do território, e, a tomada de medidas de segurança adicionais por parte das forças de *peacekeeping* russas (President of Russia, 2008). Ora, esta menção às "medidas de segurança adicionais veio possibilitar à Rússia uma maior liberdade de interpretação sobre o que de facto poderia colocar em causa a segurança da região (Allison, 2008). Ainda assim, embora o cumprimento do plano não tenha sido imediato, a verdade é que em Outubro de 2009, as tropas russas acabaram mesmo por sair do território georgiano (Bardakçı, 2010: 217).

3.1.2 O impacto dos EUA na Geórgia

As relações EUA-Geórgia foram desde sempre de cariz bilateral. Embora o desmembramento da União Soviética tenha servido pelo menos em teoria para a Geórgia reforçar a sua ligação ao Ocidente, a verdade é que tal só chegou a acontecer após a Revolução das Rosas. Na década de 90 as possibilidades da Geórgia se desenvolver com base em valores ocidentais, promovendo os direitos humanos e fomentando a estabilidade interna, embora não sendo impossíveis, reduziram-se com a governação de Shevardnadze (Broers, 2005). No que se refere aos EUA, o apoio não passou dos discursos, tendo sido poucos documentos elaborados em prol da democratização georgiana, entre os quais se encontram, o *Agreement between the Government of the Republic of Georgia and the Government of the USA on Cooperation, Supporting Humanitarian and Technical Economic Assistance*, assinado em 1992 (Ministério dos Negócios Estrangeiros da Geórgia, 2014).

No entanto, "a guerra contra o terror" promovida pelos EUA após os atentados de 11 de setembro de 2001 voltou a aproximar a Geórgia dos EUA. Com a sua política externa voltada para o combate ao terrorismo e tendo a Geórgia vontade de pertencer à OTAN, são enviados soldados georgianos para o Afeganistão (OTAN, 2013). Esta ação fomentada pelos EUA foi fortemente criticada pela Rússia que nunca concordou com a entrada da Geórgia na OTAN. Pertencer à OTAN iria permitir que esta organização tivesse acesso à região do Cáucaso. Por seu turno, Saakashvili via neste apoio militar uma forma de controlar as regiões separatistas. Neste sentido, *"Tbilisi believes that, if the country gains NATO membership, Georgian-Russian relations will automatically normalise"* (Priego, 2010: 224). Porém, o que mais preocupava os russos era a possibilidade de perderem o domínio daquela região, e em particular, daquelas zonas separatistas, que na sua maioria são mais afetas aos ideais russos. Convém, no entanto, relevar que os principais entraves à relação entre EUA e Rússia estão relacionados com questões relativas à conceção de democracia e ao potencial energético que o Cáucaso possui.

No que respeita a democracia, foi referido anteriormente que a Rússia possui uma terminologia diferente para a definição de democracia, mostrando-se pouco recetiva a que países ocidentais interfiram nesta conceção. Na verdade, o conceito de democracia

soberana, segundo Putin, devia ser aceite como o regime em vigor na Rússia, sendo, deste modo, ignoradas as críticas a esta forma de governação, relacionadas sobretudo com eventuais violações de direitos humanos (Ozkan, 2012: 185). Esta forma de democracia ilustra claramente a postura imperialista que a Rússia de Putin assumiu na maneira como conduziu a sua política externa (Berman, 2008). Ora, os EUA condenam esta atitude, considerando por exemplo, que a manutenção das bases militares na Geórgia impedem que o processo de transição democrática neste país se desenvolva de forma eficaz (Connolly, 2008).

3.2. O impacto político dos EUA na Tunísia

Como já foi referido, a revolução Jasmim em 2011 surgiu inesperadamente para o Ocidente. Nada fazia prever que de um momento para o outro se desencadeasse uma onda de protestos contra o regime de Ben Ali. O fator surpresa apanhou desprevenidos os países ocidentais e impediu que fossem tomadas medidas a uma só voz que permitissem aos países do Norte de África tornar-se democracias consolidadas. Ainda assim, a onda de Revoluções da Primavera Árabe foi uma grande oportunidade para a UE e EUA mostrarem o seu potencial enquanto promotores destas transições democráticas.

As relações entre EUA e Tunísia são sobretudo de cariz bilateral e possuem uma certa longevidade, cerca de 200 anos (Embaixada dos EUA na Tunísia, s.d.), sendo que se intensificaram após a Segunda Guerra Mundial (momento a partir do qual os EUA procuraram aprofundar o seu contacto com o Norte de África e Médio Oriente). Cumpre salientar que as relações diplomáticas entre os EUA e o Norte de África e Médio Oriente tiveram desde sempre o fator económico em evidência, decorrente do facto de esta região ser muito rica em petróleo (Monshipouri e Assareh, 2011). O interesse dos EUA no petróleo foi sempre um motivo sobejamente importante para que fomentasse as relações prósperas com os países do Norte de África e Médio Oriente, podendo até ter desempenhado um papel importante em prol da democratização dos países dessa zona do globo. Contudo, isso não aconteceu. Talvez porque outrora os EUA haviam mantido contacto com os regimes autoritários do Norte de África e Médio Oriente que vigoravam,

por exemplo, na década de 70, o que no mínimo coloca em contradição o princípio de democratização sempre defendido pelos americanos (Monshipouri e Assareh, 2011: 122)

Por outro lado, a *war on terror* tantas vezes referida em assuntos de política externa americana do pós-11 de setembro é também um problema para a transição democrática da Tunísia. O combate ao terrorismo diversas vezes mencionado por políticos americanos, é visto no Norte de África e Médio Oriente como um ataque aos seus países porque a religião predominante nestas áreas é o Islamismo. A título de exemplo, temos o discurso de Hillary Clinton, no jantar de entrega dos prémios do National Democratic Institute, em 2011, que é altamente crítico da atitude do Irão em continuar a apoiar grupos terroristas e em fornecer armas para o regime de Assad na Síria usar contra a sua própria população (Clinton *apud* IIP Digital, 2011). O fundamentalismo islâmico é fortemente associado a práticas terroristas. Sendo assim, a posição dos países do Norte de África e Médio Oriente mostra vontade de emancipação face ao Ocidente, capaz de afastar as suas pretensões imperialistas (Aliboni, 2012: 7). Por este motivo, é difícil que existam negociações mais profundas, que de facto levem a mudanças no país.

Para avaliar o papel dos EUA nas revoluções da Primavera Árabe, deve ser observado o discurso acima referido de Hillary Clinton em 2011, no jantar de entrega dos prémios do National Democratic Institute. A então Secretária de Estado começa por referir quais as condições necessárias para uma democracia duradoura:

Durable democracies depend on strong civil societies, respect for the rule of law, independent institutions, free expression, and a free press. Legitimate political parties cannot have a militia wing and a political wing. Parties have to accept the results of free and fair elections (Clinton *apud* IIP Digital, 2011).

Claramente que Hillary Clinton apresenta um conceito de democracia à imagem do que é defendido pelos países do Ocidente. Não obstante o facto de a Tunísia pretender uma maior liberdade de expressão e liberdade de imprensa, é de questionar as suas intenções quanto à procura de um Estado de direito. Se à noção de Estado de direito, está subjacente a separação dos poderes legislativo, executivo e judicial então dificilmente se concretizará na Tunísia um Estado de direito tal e qual como é pretendido pelos EUA, onde é defendido por exemplo o direito à liberdade de religião (Governo dos Estados Unidos da América, s.d). Como é sabido, na Tunísia o Estado não é laico e, para tal, contribui a

própria concepção do que é o Islamismo: uma corrente política baseada numa interpretação limitada do que é o Islão (Zgurić, 2012: 430). Sendo o Islão uma religião pluralista e aberta à mudança, então este não se pode coadunar com a inexistência de separação de poderes nos Estados onde o Islamismo assume grande preponderância (Zgurić, 2012: 430).

No mesmo discurso Hillary Clinton reconhece que a política de *one size fits all* não é solução para que a ajuda dos EUA seja útil para os diversos casos de Revoluções da Primavera Árabe (Clinton *apud* IIP Digital, 2011). A cooperação desejada pelos EUA com estes países do Norte de África e Médio Oriente deve ser complementada com o potencial que a UE e, em particular a PEV possuem, quer em termos de financiamento, quer através da utilização do *soft power*. É assumida a ideia de que um modo de atuação pelo facto de ter sido um sucesso num caso, não significa que possa ser generalizado a todas as situações.

Ora neste sentido, o reconhecimento dos EUA de que esta política não serve, pode ajudar a que a UE melhore os seus instrumentos de cooperação se trabalhar em parceria com este país. Além disso, como é afirmado por Hillary Clinton, e foi referido no capítulo anterior, a ineficácia das organizações regionais e não-governamentais, pode valorizar quer o papel dos EUA quer o da UE, como atores capazes de promover a estabilidade na região. Porém, a resolução para este problema não passa por afastá-las do terreno, mas sim, aceitá-las, trabalhando em conjunto para que existam transições democráticas consolidadas. Esta abertura traduzir-se-ia numa nova perceção do Ocidente face ao papel que atores não-estatais podem ter e têm efetivamente nestes processos, afastando-se ao mesmo tempo a ideia de imposição dos valores ocidentais num quadro estatocêntrico ou formalizado como no caso da UE.

3.3. Posição da Rússia face às revoluções da Primavera Árabe

Tendo em conta que anteriormente nesta dissertação foi estudada a influência russa na Revolução das Rosas, uma revolução que visava à primeira vista uma transição democrática na Geórgia, importa agora analisar qual a posição assumida pela Rússia nas Revoluções da Primavera Árabe e mais concretamente, na Revolução Jasmim. Procuram

assinalar-se as semelhanças e diferenças que existem em termos da perspectiva russa nestas duas revoluções que estão separadas por oito anos e um quadro regional distinto.

Tal como foi analisado, o historial das relações Rússia-Geórgia para melhor se compreender a atuação russa após a Revolução das Rosas, também no caso da Primavera Árabe é importante contextualizar as relações Rússia-Norte de África e Médio Oriente. Assim sendo, o ponto de partida desta análise deve ser a Segunda Guerra Mundial, altura em que a União Soviética decidiu estabelecer laços com os países do Norte de África e Médio Oriente, uma vez que em termos ideológicos, estes países lhe estariam muito próximos (Malashenko, 2013: 4).

Com o passar dos anos esta relação foi-se deteriorando uma vez que a ajuda militar soviética fornecida aos países do Norte de África e Médio Oriente se tornou insuficiente para enfrentar as sucessivas investidas do Ocidente naquela região. De facto, a força militar da União Soviética foi perdendo cada vez mais influência no Norte de África e Médio Oriente tendo em conta os sucessivos problemas que enfrentava a nível interno e mais tarde pelos efeitos da *perestroika* que, em termos ideológicos, implicava algumas alterações sobre o posicionamento russo a nível internacional (Malashenko, 2013: 5).

Deste modo, a *perestroika* tentou resolver os problemas políticos e económicos que a União Soviética encarava na altura, mas acabou por não ser suficiente para evitar o desmembramento desta União assim como do fim da Guerra Fria. Dado o contexto de instabilidade e adaptação a uma nova realidade que se seguiu, só com a chegada de Vladimir Putin ao poder em 2000 as relações com o Norte de África e Médio Oriente voltaram a ser retomadas. No fundo, a retoma do relacionamento com os países árabes foi motivada por uma certa nostalgia da influência outrora exercida pela União Soviética assim como por razões de interesse nacional (Malashenko, 2013: 6).

No que concerne aos recursos energéticos, a Tunísia embora possua uma elevada quantidade de petróleo bruto, a verdade é que acaba por importar bastante petróleo refinado da Rússia (Observatory of Economic Complexity, s.d.). Claramente que as questões económicas assumem grande relevância na forma como a Rússia interpreta a onda de Revoluções árabes. Sobre este tema, Vladimir Putin afirmou, em 2012, que "*Our*

position is to help carry out changes for the better in all countries but not try to force on them - especially by armed force - what we consider to be right" (Putin apud RT, 2012: 1)

Esta declaração mostra que oficialmente os governantes russos se mostram disponíveis para cooperar com os países onde decorrem estes protestos. No entanto, importa questionar a finalidade desse apoio, dado que as palavras "democracia" ou "democratização" raramente aparecem nos discursos russos sobre a Primavera Árabe. Parece inequívoco que na perspetiva russa existem outros rumos para estes países, porque de facto, o que originou estas revoluções foram sobretudo problemas de índole económica tais como os elevados índices de desemprego jovem que se foram agravando ao longo da governação de Ben Ali. Assim sendo, a mudança não implica necessariamente que a Tunísia se tenha de tornar um país mais democrático.

O problema criado pelo conceito de democracia neste contexto é motivo para que a Rússia exerça alguma pressão sobre o Ocidente. A afirmação proferida por Vladimir Putin, acima transcrita, representa uma crítica ao Ocidente por assumir e até mesmo forçar, através de apoio militar, que os países do Norte de África e Médio Oriente envolvidos neste processo transitem para uma democracia.

O que a UE e os EUA não souberam aproveitar da melhor forma foi a contradição presente em afirmações de governantes russos tais como a acima apresentada. Isto porque se de facto a Rússia critica o uso da força como resolução dos problemas vividos nestes países, então deveria também deixar de fornecer armas à Síria que embora segundo a posição russa não sejam utilizadas contra os manifestantes, servem pelo menos para aumentar a instabilidade no país (Gorenburg, 2012) Os sucessivos vetos russos e chineses no Conselho de Segurança também não ajudam a que esta situação melhore (UN News Centre, 2011). Além disso, esta postura assumida até agora faz aumentar as suspeitas de que de facto os seus interesses são mais importantes que a vontade da população, uma vez que, por exemplo, relativamente à Síria, a Rússia tem interesses económicos claros, entre os quais a venda de armas (Gorenburg, 2012).

Existe ainda a questão do fundamentalismo islâmico que o governo russo vê com algum receio. Este medo consiste na eventualidade dos islâmicos residentes no espaço soviético, e em particular no território da Federação Russa (Cáucaso do Norte)

percecionarem esta onda de revoluções como uma vitória da sua religião quer em termos políticos quer em termos culturais. Por exemplo, veja-se o caso da Tunísia, onde o regime de Ben Ali foi substituído pelo governo de um partido islâmico. Ora acontecimentos como este poderão servir de motivação para povos como os da Chechénia, que têm vindo a aderir cada vez mais ao Islamismo, se mobilizarem (BBC News, 1999). Do ponto de vista do governo russo, nada disto seria desejável, porque para além de associar frequentemente o Islamismo a atos terroristas, e a instabilidade dentro das suas próprias fronteiras, também seria colocada em causa a supremacia russa naquele espaço assim como a esperança de que esse mesmo espaço funcionasse como uma união, tal como no passado o foi.

Capítulo 4. O impasse das transições georgiana e tunisina.

4.1. A influência da burocracia.

O presente capítulo destina-se a contribuir para melhor perceber de que forma a atuação da UE possa resultar numa democratização consolidada dos países em questão. Para tal devem ser colocadas as seguintes questões: será a UE uma instituição verdadeiramente democrática? Que tipo de democracia a UE promove? Que projetos utilizar para futuros processos de transição democrática?

As Revoluções das Rosas e Jasmim mostraram o descontentamento que a população georgiana e tunisina sentia face às políticas dos respetivos governos e ao conseqüente rumo que os seus países tomavam. Findos os regimes em questão existiram duas hipóteses a considerar: ou se mudavam as políticas que cada vez mais deterioravam as condições de vida da população, podendo ser mantido o regime autoritário; ou, se transitava para um regime mais democrático. Quando se pretende mudar de um regime para outro é importante considerar alguns aspetos que podem ditar o sucesso. A reputação da UE enquanto instituição democrática é apenas um deles. Embora muitos autores critiquem o seu funcionamento, afirmando que existe um "défice democrático" na União (Warleigh-Lack, 2003), a verdade é que muitos países, como a Sérvia e a Turquia, permanecem com vontade em aderir a esta instituição. O caso da Croácia, que aderiu em 2013, é ilustrativo desta situação. Tal como descreve o presidente croata, Ivo Josipovich (Josipovich *apud* Dalje.com, 2014: 1) *"European Union 'is a very good tool to help achieve the goals of prosperity, democracy, freedom and human rights, and it's up to us how we will make use of those opportunities"*. Nesta linha de pensamento, ainda existem muitos países que reconhecem que a UE possui credibilidade relativamente a questões sobre democratização. Ora a credibilidade é uma característica essencial para que o trabalho de uma instituição seja aceite, refletindo-se na forma como os projetos são executados e no seu grau de implementação.

Embora existissem outras organizações em campo em prol dos direitos humanos (Broers, 2005), a UE assumia um importante papel em termos de democratização. No entanto, a falta de credibilidade não foi o principal obstáculo à democratização na Geórgia.

Como foi descrito nos capítulos anteriores, os problemas nestes dois processos de transição democrática consistiram numa excessiva burocratização daquele que iria ser o contributo da UE. Dezenas de programas, planos de ação foram criados para resolver os problemas de cada um dos casos. De facto, instrumentos de ação como o *European Instrument for Democracy & Human Rights* foram pouco incisivos no seu papel. Embora seja fundamental a previsão de metas como o respeito pelos direitos humanos, reforçar o papel da sociedade civil ou incentivar a transparência dos processos eleitorais através da observação eleitoral (Comissão Europeia, 2012), é igualmente necessário que estas medidas possuam um carácter obrigatório, estabelecendo-se prazos para a sua implementação, e não sejam apenas acessórias, resultantes do cariz voluntário que caracteriza a UE (Lavenex, 2008), mesmo que os países não adiram à UE nos próximos tempos. Sentir esta obrigatoriedade em cumprir os objetivos propostos passa não só por dar incentivos financeiros, como também por aumentar a sua fiscalização nestas áreas. Deste modo evitar-se-iam alguns problemas como os que existiram na Geórgia na década de noventa, onde o papel da UE para combater problemas resultantes de conflitos internos na Abecásia e Ossétia do Sul (UE - Serviço de Ação Externa, s.d.c), como por exemplo assegurar o respeito pelos direitos humanos esteve muito aquém das expectativas. Tal como Mariya Y. Omelicheva escreve:

In the early 1990s, however, the desired level of Western support was not forthcoming. The unpredictable foreign policy and extreme nationalism of Zviad Gamsakhurdia almost completely isolated the country (Omelicheva, 2010: 450).

Para além disso, um maior controlo por parte da UE relativamente ao cumprimento de projetos tornará mais difícil o desvio de fundos fornecidos pela própria UE que muitas vezes obriga a que esta gaste mais dinheiro do que o originalmente previsto. A necessidade de elaborar documentos que definam o conjunto de medidas a adotar durante um determinado período de tempo não se coloca em questão. No que é fulcral reflectir é na utilidade que os mesmos possuem para atingir neste caso democracias estáveis e duradouras. No que respeita à Geórgia, foram delineados vários planos desde 2006, mas aqueles que pelo seu destaque merecem ser estudados são o Plano de Ação UE / Geórgia, o *Georgia National Indicative Programme 2007-2010* e o *Georgia National Indicative Programme 2011-2013*. Sobre o Plano de Ação convém referir desde logo algumas das suas áreas prioritárias.

Strengthen rule of law especially through reform of the judicial system, including the penitentiary system, and through rebuilding state institutions. Strengthen democratic institutions and respect for human rights and fundamental freedoms in compliance with international commitments of Georgia (UE e Geórgia, 2006: 4).

A expressão *rule of law* significa Estado de Direito. Neste sistema, para além da separação dos poderes legislativo, executivo e judicial, existe também um maior entendimento sobre o que são os direitos humanos e qual a sua importância para a sociedade. Assim sendo, o respeito pelos direitos humanos tinha que ser desde logo uma área prioritária na agenda. Mas, claramente que esta questão está longe de estar resolvida. Os abusos contra os prisioneiros georgianos são apenas um exemplo disso (Organização das Nações Unidas, 2012). Aqui se mostra um dos problemas que marcou a governação de Saakashvili: uma crescente concentração de poder no Estado e nas instituições que dele dependem, neste caso as instâncias judiciais. Sem dúvida que neste sector o papel do poder executivo tem sido bastante marcante para a criação de um sistema judicial fraco (Jones, 2006). O apoio da UE à governação de Saakashvili forneceu-lhe margem suficiente para que o abuso do poder evidente pela posse dos principais sectores do Estado se mascarasse de democracia. Na verdade, a cedência de fundos pela UE com vista a reforçar o Estado de Direito, a combater a corrupção e a pobreza, mostra a 'ilusão' em que esta instituição vive, porque na realidade, o Estado georgiano é um Estado semi-autoritário (UE e Geórgia, 2006; Mitchell, 2013). Sendo assim, o propósito de "assegurar a separação de poderes, independência e imparcialidade do sistema judiciário" (UE e Geórgia, 2006: 4) precisa de ser melhor assimilado. Aliada a esta intromissão no poder judicial do Presidente, foi aprovada uma reforma constitucional, em 2004, que atribuiu ao presidente georgiano o poder de dissolver o parlamento (Parlamento da Geórgia, 2006). Ora, o que esta medida fez foi enfraquecer o papel do parlamento georgiano, uma vez que sob a ameaça de dissolução, os parlamentares mantiveram-se leais ao governo (Papava, 2006: 661). A segunda área-prioritária do Plano de Ação da Geórgia remete para questões económicas e para o problema da corrupção que ainda hoje assola o país: "*Improve the business and investment climate, including a transparent privatisation process, and continue the fight against corruption*" (UE e Geórgia, 2006: 5). Como foi mencionado nos outros capítulos, a corrupção foi desde sempre uma das principais causas para o atraso no desenvolvimento da Geórgia. Neste âmbito, são de assinalar alguns aspetos positivos na governação de

Saakashvili, uma vez que a sua posição no ranking global da corrupção passou do lugar 124, em 2003, para o lugar 55, em 2013 (Countryeconomy.com, s.d.). Isto significa que inevitavelmente o Produto Interno Bruto aumentou, passando de cerca de 12 mil milhões de dólares, em 2003, para aproximadamente 25 mil milhões de dólares, em 2011 (Index Mundi, 2011).

Faltam ainda destacar duas áreas prioritárias: “*Strengthen regional cooperation*” e “*Promote peaceful resolution of internal conflicts*” (UE e Geórgia, 2006: 9-10). No que concerne a estas duas áreas, pouco ou nada foi feito. Neste caso, a UE foi ambiciosa ao ter incluído no Plano de Ação estes objetivos para um período de cinco anos (UE e Geórgia, 2006), tendo em conta o historial das relações entre a Geórgia e a Rússia. Para além disso, sobre este tema, a UE revelou-se também bastante vaga, referindo entre as várias ações específicas a defender a importância de melhorar os esforços na construção de confiança (UE e Geórgia, 2006). Aqui a questão que se levanta é como é que a Geórgia pode estabelecer essa confiança, em particular, com a Rússia. Sem dúvida que, a desmilitarização do país proposta em 2005 pelo Conselho Ministerial da Organização para a Segurança e Cooperação da Europa (OSCE) em Liubliana foi um grande passo nesse sentido (UE e Geórgia, 2006). Contudo tal atitude coloca em contradição a vontade da Geórgia em aderir à OTAN. Se por um lado, a Geórgia ambicionava maior apoio militar caso fosse vítima de um conflito, por outro, a vizinha Rússia sempre foi opositora a esta adesão, como foi referido no capítulo anterior.

Neste âmbito, Vladimir Putin, convidado a discursar na Cimeira de Bucareste em 2008 sobre as possíveis adesões da Geórgia e da Ucrânia, afirmou que caso estas se concretizassem se trataria de um “*huge strategic mistake*” (BBC News, 2008a: 1) sendo consideradas “*a direct threat to Russian security*” (Blomfield e Kirkup, 2008: 1). Deste modo, quaisquer pretensões de construir confiança mútua estariam destinadas ao fracasso. Assim sendo, por falta de consenso entre os vários membros da OTAN, nem a Geórgia nem a Ucrânia chegaram a aderir (Marcus, 2008). Países como França e Alemanha, que possuem fortes relações económicas com a Rússia tiveram receio que estas adesões fossem entendidas pelos russos como uma provocação. No entanto, o problema principal que a entrada destes dois países colocava estaria no facto desta ser entendida pela Rússia como uma “*direct threat*” (BBC News, 2008a: 1), colocando dessa forma em causa as relações

UE-Rússia (Murphy e Mackenzie, 2008). Esta posição tomada pelo governo russo surge em consonância com a sua nova doutrina militar, explicitada no Decreto-lei de 5 de fevereiro de 2010, onde claramente se considera a adesão dos países vizinhos da Rússia à OTAN como um perigo para a sua segurança (Carnegie Endowment, 2010). Por essa razão, a OTAN agiu de forma cautelosa, recusando a entrada quer da Ucrânia quer da Geórgia e evitando que as relações UE-Rússia se deteriorassem. Embora a OTAN e a UE sejam duas organizações distintas, estas possuem vinte e um membros em comum, o que significa que a grande maioria dos países da UE fazem também parte da Aliança Atlântica (OTAN, s.d.a). De outra forma, seriam automaticamente postas em causa a segurança e estabilidade europeias. Uma vez que o governo russo decidiu usufruir do seu estatuto de potência militar no espaço pós-soviético, estatuto conferido pela sua capacidade militar e pela posse de armas nucleares (BBC News, 2010), uma posição da UE mais assertiva teria provocado outro desfecho. Uma postura mais determinada da UE que mostrasse a sua importância na economia russa, teria feito os líderes russos repensar sobre o assunto.

Definitivamente a parceria UE-OTAN poderia ter sido melhor aproveitada neste contexto, face às especificidades de cada organização, em particular em questões de segurança comum. Os esforços de cooperação conjunta teriam resultado num melhor entendimento de como devem ser utilizados os meios militares e civis para a gestão de crises (OTAN, s.d.b). Embora a UE possua forças militares para resolver conflitos, este papel tem sido destinado à OTAN, que inclui não só alguns países europeus como também países com uma capacidade militar bastante forte como é o caso dos EUA. Contudo, a intervenção da OTAN criava também outros problemas relacionados com a eficiência da OSCE. Dado que percecionam o conceito de segurança de forma distinta, a OSCE e a OTAN são concorrentes, mas poderiam ser complementares, porque se, por um lado, os trabalhos da OTAN estão relacionados com ações de *peacekeeping*, utilizando forças militares para a gestão das crises (OTAN, s.d), por outro, a OSCE é uma mais-valia em termos de prevenção de conflitos e de reconstrução no pós-guerra, criando instituições democráticas, por exemplo (Dean, 1999: 431).

Retomando a análise aos documentos que nortearam a transição democrática da Geórgia, importa estudar os dois programas indicativos relativos aos períodos 2007-2010 e 2011-2013. Sobre o programa indicativo da Geórgia para 2007-2010, levanta-se desde logo

uma questão relacionada com a necessidade de existirem praticamente para o mesmo período, um Plano de Ação e um Programa Indicativo, que embora sejam documentos diferentes, possuem no cômputo geral os mesmos objetivos. Sob a perspectiva da UE, estes dois documentos são complementares porque os programas indicativos gerem em termos financeiros as formas de atuação para atingir os propósitos referidos nos Documentos de Estratégia Nacional (Development Portal.eu, 2013). Por sua vez, estes documentos projetam futuras prioridades de assistência da Comissão Europeia, contemplando todos os seus meios financeiros e respeitando os respetivos Planos de Ação (UE - Serviço de Ação Externa, 2007). Para além disso, torna-se evidente que o processo de transição democrática na Geórgia não está concluído quando ao observar os dois Programas Indicativos se verifica que houve um aumento do orçamento previsto para o cumprimento das áreas prioritárias, passando de 120.4 milhões de euros para 180.29 milhões de euros, de 2007 para 2010 (UE - Serviço de Ação Externa, 2007; Comissão Europeia, 2010).

No que concerne à Tunísia, foi também elaborado, em 2005, um Plano de Ação no âmbito da PEV. Segundo este Plano de Ação, está prevista uma intervenção em várias áreas das quais se destacam o estabelecimento do diálogo político, a consolidação de reformas que garantam a democracia e o Estado de direito e a promoção de investimento direto estrangeiro (UE e Tunísia, 2005). Acontece que o despoletar da Revolução Jasmim veio fazer com que fosse necessário delinear um plano capaz de corresponder às necessidades da população tunisina e dos restantes países árabes em transição. O programa SPRING, criado em 2011, teve como princípio dar uma resposta aos desafios económicos e sociais que se colocavam nesses países, tendo como pano de fundo a transição para a democracia. Este programa veio complementar outros documentos norteadores desta relação, apoiando as atividades já previstas quer ao nível da UE quer em termos bilaterais com os Estados-membros da UE (UE, 2011). Estando implícito o princípio “mais por mais”, que dita um maior apoio quanto maior for o grau de implementação das medidas previstas, o programa SPRING promove o respeito pelos direitos humanos, a boa governação, a liberdade de expressão, o Estado de direito e a luta contra a corrupção assim como um crescimento económico sustentável (UE, 2013). Visa assim contribuir para a consolidação dos processos de transição iniciados, no sentido de maior abertura a princípios democráticos de participação, representatividade e transparência.

Quer no caso do Plano de Ação quer no do programa SPRING, embora ambos coincidissem nas principais áreas a melhorar, certo é que até agora não foram eficazes na sua implementação, especialmente na área da democratização. De facto, a UE considerar a Tunísia como um exemplo de sucesso revelou pouca cautela, por ainda não termos espaço temporal suficiente para avaliar o processo de transição democrática. No seguimento desta ideia, a Comissão Europeia noticia que "President Barroso took this opportunity to hail the success of the constitutional project, and in particular its inclusive nature. He also encouraged the continuing efforts towards democratic transition as well as the progress made on the macro-economic, social and security strategies" (Comissão Europeia, 2014a). Esta incerteza do que será o futuro político da Tunísia, está diretamente relacionada não só com o modo como a UE propõe que se atinjam os objetivos, mas sobretudo com o processo de decisão que informou esta conjuntura. Na verdade, foi muito difícil chegar a um consenso sobre como atuar no contexto da Primavera Árabe (Asseburg, 2013). O caso da Líbia provou exatamente isso. Por um lado, o Reino Unido e a França decidiram intervir militarmente, atacando as forças de Kaddafi (BBC News, 2011b). Por outro, a UE, representada por Catherine Ashton, assumiu uma postura de apoiar economicamente e através do diálogo este país (BBC News, 2011a). Esta falta de consenso atrasou não só uma resposta eficaz para o problema como também permitiu que se criasse uma espécie de *"interpretative space"* relativamente à forma como as medidas impostas seriam cumpridas, permitindo que cada um dos países estabelecesse estas medidas de acordo com a sua perceção, livre de qualquer mecanismo de controlo (Bicchi, 2010: 992). A UE não soube atuar como um grupo, sendo pelo contrário, percecionada como um conjunto de indivíduos que agiram de acordo com os seus interesses, acreditando também que esse seria o melhor para a própria UE. A este obstáculo junta-se o problema de organização entre os vários atores participantes neste processo, ou seja, a repartição de poderes com as delegações da Comissão Europeia em países não-membros, como é o caso da Tunísia, aumentou o número de atores no comando das operações e ao mesmo tempo reduziu a sua responsabilidade (Bicchi, 2010: 978).

4.2. A relevância da União Europeia nos processos de transição.

Apresentados os problemas políticos, económicos e burocráticos que sobretudo assolaram o processo de transição democrática da Geórgia, é essencial abordarmos os contributos da UE neste âmbito e ilustrar de que forma poderão ser ultrapassados alguns dos limites encontrados. Sobre a Geórgia, é fundamental afirmar que a intervenção da UE peca por ser tardia, ou seja, o processo de transição georgiano poderia ter começado muito antes de ter ocorrido a Revolução das Rosas. Um contacto mais próximo entre a UE e a Geórgia desde a dissolução da União Soviética teria bloqueado a ascensão de um regime corrupto como o de Shevardnadze (Papava, 2006), pela capacidade que a União possui em utilizar o *soft power* e, portanto, persuadindo a Geórgia a uma maior aproximação ao Ocidente. Provavelmente, uma melhor aplicação do *soft power* poderia ter resultado numa Geórgia verdadeiramente democrática. Como Joseph Nye (2002: 5) refere “*Soft power rests on the ability to set the political agenda in a way that shapes the preferences of others*”. Por outras palavras, *soft power* é a capacidade de atração que um ator possui para fazer com que outros sigam uma determinada linha de ação, utilizando para este efeito, meios subliminares. Assim sendo, instrumentos como as comunicações, as instituições e a manipulação das relações de interdependência são cada vez mais importantes para as novas conceções de poder (Nye, 1990: 158). No entanto, esta estratégia de aproximação ao Ocidente ficou na década de 90 para trás devido à falta de incentivos políticos e económicos fornecidos tanto pelos EUA como pela UE (Omeliicheva, 2010: 450). De facto, o uso de força militar possui algumas limitações que precisam de ser colmatadas. O aparecimento de novos intervenientes no sistema internacional como por exemplo organizações de cariz económico obriga a que se considere um novo entendimento sobre as relações entre os atores. São, como escreve Joseph Nye (1990: 158), relações de interdependência que não significam harmonia mas sim dependência mútua equilibrada. Deve no entanto ser notado que a assimetria destas relações de interdependência entre as repúblicas pós-soviéticas e a Rússia permaneceu desde o final da União Soviética. Apesar do desenho diferenciado destas relações, revelando maior ou menor dependência face à Rússia, a influência económica e mesmo cultural russa permanece um fator importante no contexto do *soft power* russo na área.

Sem dúvida que a UE possui boas condições para exercer *soft power* devido à sua reputação diplomática, mas não soube explorá-las da melhor forma no caso da Guerra na Ossétia do Sul e Abecásia. É que este conflito veio mostrar exatamente que o sistema internacional é multipolar e não unipolar, como muitas vezes se argumenta (Wivel, 2010). Esta multipolaridade assenta na ideia de que embora os EUA tivessem desrespeitado os interesses russos na região do Cáucaso através de apoios económicos e militares, continua a ser a Rússia a decidir quando e como intervir na sua esfera de interesse (Wivel, 2010). Ora, num mundo dividido por várias grandes potências, é fundamental existir uma instituição capaz de mediar os conflitos. Esse papel cabe totalmente à UE. Não obstante os problemas que poderiam advir de um eventual desentendimento entre UE e Rússia, problemas sobretudo de carácter energético e securitário, a UE tem também uma palavra a dizer. A UE é o principal parceiro comercial, sendo também o seu principal investidor (Comissão Europeia, 2013a). Isto significa que existe uma elevada dependência em termos económicos da Rússia face à UE. Um corte de relações não é vantajoso para nenhuma das partes. Embora se refira muitas vezes a possibilidade da Rússia proceder ao corte de gás como já fez em 2005 com a Ucrânia, é igualmente certo que uma economia sem investidores é uma economia pouco desenvolvida e pouco competitiva. Certamente que isto não interessa para as suas pretensões. Para além deste fator, existe a questão de que a Rússia esteve completamente sozinha no apoio à independência das regiões separatistas da Ossétia e da Abecásia, pois os antigos estados soviéticos recearam que esta legitimação mais tarde resultasse num envolvimento nos seus assuntos internos (Bowker, 2011: 198).

Também o fim das missões da OSCE e da *United Nations Observer Mission in Georgia* (UNOMIG) na Geórgia, derivado do veto da Rússia, deu margem para uma maior preponderância da UE, uma vez que após a Guerra de 2008 era o único ator internacional que ainda estava presente no terreno naquelas regiões (Bardakçı, 2010). Os aspetos favoráveis à atuação da União pareciam superar claramente as adversidades que esta enfrentava. No entanto, a falta de uma estratégia coerente para a resolução do conflito, combinada com uma Rússia cada vez mais confiante, fez com que a UE chegasse a um consenso apenas quando a guerra já estava em marcha (Bardakçı, 2010: 216).

Sobre a Tunísia, tal como foi mostrado anteriormente o excesso de documentação produzido pela UE foi um problema para o desenvolvimento da democracia. Apesar disso,

não são menos importantes as questões culturais que distanciam este país da UE. Como foi mencionado em capítulos anteriores, são vários os pontos orientadores das relações entre estes dois atores. Durante o período em que o Processo de Barcelona vigorou, as relações UE-Tunísia foram reguladas essencialmente por dois programas: o Acordo de Associação UE-Tunísia, colocado em prática em 1998 e o programa MEDA (do francês, *Mesures D'Accompagnement*), instaurado em 1996. Em ambos os documentos, parece visível o seguinte aspeto: a primazia das questões económicas face às componentes políticas e sociais destas relações. À primeira vista, esta conclusão parece ser um pouco precipitada uma vez que por exemplo no caso do programa MEDA é referido que para atingir o objetivo de "... cooperação económica e financeira da parceria euro-mediterrânica...", é necessário que haja um "reforço da estabilidade política e da democracia", a "criação de uma zona de comércio livre euro-mediterrânica e o desenvolvimento da cooperação económica e social" e uma "tomada em consideração da dimensão humana e cultural" (UE, 2007: 1).

De facto, termos como *democracia, cooperação social, dimensão humana e cultural* fazem com que se crie uma ilusão de que esse iria ser o rumo que a Tunísia iria tomar daí em diante. Esta foi claramente uma estratégia desajustada por diversos motivos. Assente no princípio de que o desenvolvimento económico é o motor para uma transição democrática bem-sucedida, a UE considera que "Democratisation is a gradual and continuous process, which needs to take into account a country's socio-economic and cultural context." (Comissão Europeia, 2012a: 1).

Obviamente que sem a atribuição de apoio financeiro, não se consegue um país democrático. Contudo, a sobrevalorização do aspeto económico fez esquecer que uma aproximação cultural é fundamental para que exista uma transição política nos moldes que a UE oficialmente ambiciona. É importante não esquecer que o regime de Ben Ali se encontrava em pleno exercício de poder, pelo que a intervenção da UE deveria ser cautelosa e coerente. Sendo a UE, o principal parceiro comercial da Tunísia (Comissão Europeia, 2013b), era essencial manter esse estatuto para ambos os lados. Pretendia-se que as relações fossem saudáveis e duradouras. Então, claramente, que a intenção de promover uma transição democrática não passava naquele momento da teoria. Para além disso, a escassez de documentos que incentivassem a uma aproximação política conduziram na

realidade a um afastamento político, acelerado mais tarde pelo 11 de setembro (Monshipouri e Assareh, 2011).

O ponto de viragem destas relações aconteceu em 2003, quando foi criada a PEV. No âmbito desta Política, foram criados vários Planos de Ação para os vários países vizinhos da UE, entre os quais, a Tunísia. Mais uma vez se verifica a preponderância que as relações económicas assumem. Embora se escreva que o fundamental para a UE é que exista um desenvolvimento balanceado entre as vertentes económica e política (Van Hüllen, 2011: 123), verifica-se que pelo contrário, os comportamentos tomados pelos responsáveis europeus vão no sentido exatamente oposto. Por um lado, o investimento monetário é absolutamente desmesurado. Tem-se, como exemplo, a intenção do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento em investir até 3.5 mil milhões de dólares, constituindo empréstimos a empresas privadas e comprando ações quando existissem oportunidades (Dadush e Dunne, 2011: 134). Além disso,

the United Kingdom has pledged \$180 million in assistance to support democratic transitions in Egypt, Tunisia, and other Arab countries undergoing reform, while Germany has agreed to cancel roughly \$350 million in Egyptian debt (out of a total debt to Europe of more than \$9 billion), and France has offered \$260 million in loans to Tunisia (Dadush e Dunne, 2011: 134).

Como se observa, não foi por falta de apoio que a transição democrática na Tunísia não alcançou o rumo desejado pela UE. Houve, no entanto, falta de controlo na forma como os fundos foram geridos. Nem mesmo o comércio, a aposta principal nas relações entre a UE e a Tunísia, está a dar o máximo que poderia oferecer. Neste sentido escrevem Uri Dadush e Michele Dunne:

a 2005 study concluded that the volume of trade between the European Union and the Middle East/North Africa (MENA) could be 3.5 to four times larger if both regions were to reach the EU's level of integration" (Dadush e Dunne, 2011: 136)

Possivelmente, a chave para o problema das relações entre a UE e a Tunísia reside no nível de integração em que a Tunísia se insere quer a nível europeu, quer a nível regional. Isto porque integração exige que haja disponibilidade para pertencer a um grupo com um determinado entendimento sobre economia, política e cultura. Ora culturalmente, a UE e a Tunísia estão muito distantes. Na base desse distanciamento está o elevado apoio

ao Islamismo que se verifica neste país. Volker Perthes escreve que é necessário que se crie uma “*open Europe*”, capaz de oferecer aos Estados em transição uma nova forma de parceria que não seja apenas intergovernamental, mas que também faça com que as sociedades se envolvam (Perthes, 2011: 77). A retração da UE no que respeita aos ideais islâmicos atrasa o aprofundar destas relações. Não só põe em cheque a credibilidade da União, como coloca mesmo em contradição o princípio defendido pela Parceria Euro-Mediterrânica respeitante à liberdade de religião (Powel, 2009: 203).

Mais do que o diálogo político, é importante defender o diálogo intercultural. Entende-se por diálogo intercultural o “*dialogue between cultures*” (Conselho da Europa, s.d.). Para que funcione em plenitude, o diálogo intercultural pressupõe que haja disponibilidade para aceitar posições divergentes sobre os mais variados temas, sendo por isso “o mais velho e fundamental modo de conversação democrática” (Conselho da Europa, s.d.: 1). A aceitação de culturas diferentes passa também por integrar os imigrantes vindos destes países em transição. Isto foi o que não aconteceu quando milhares de imigrantes provenientes dos países árabes chegaram à ilha de Lampedusa (Lambert, 2011). Não pondo em causa que a abertura de portas a todos esses imigrantes levaria mais tarde a uma crise humanitária, uma vez que esta ilha não estava preparada para receber tanta população, importa questionar o princípio de livre circulação de pessoas, quando países como a França fecham a sua fronteira com a Itália quando foram alertados para o problema demográfico que se avizinhava (Lambert, 2011). De facto, a catástrofe humanitária foi o que mais preocupou estes Estados que temiam que a entrada de imigrantes ilegais fosse colocar em causa a sustentabilidade dos países. Como resposta, a Comissão Europeia elaborou um conjunto de medidas a serem colocadas em prática tais como maior controlo das fronteiras, maior assistência e solidariedade traduzida em ajuda financeira e luta contra o tráfico e crime organizado (Comissão Europeia, 2013).

Uma vez que a promoção do diálogo intercultural passa inevitavelmente por promover a integração em qualquer escala, é fundamental não esquecer o papel que a UE em parceria com os EUA pode assumir em termos de integração regional, nomeadamente através de incentivos económicos. Seguindo esta linha de pensamento, vão ser apresentadas na conclusão, algumas recomendações que têm por objetivo potenciar

recursos e capacidades da UE em políticas e ações futuras no sentido de promoção de democracia em países que estejam em transição política.

Conclusão

O intuito deste trabalho foi avaliar se a UE pôs em prática as teorias sobre transições democráticas nos casos da Geórgia e da Tunísia. Existem várias hipóteses de explicação para a ocorrência de transições. Em primeiro lugar, é necessário identificar quais os motivos que levaram à queda dos regimes que vigoravam anteriormente, que no caso da Geórgia e da Tunísia, eram regimes autoritários, muito embora as razões que originam o fim de um regime não sejam necessariamente as mesmas que criem um regime democrático. Em termos gerais, o que determina um funcionamento estável do regime é o reconhecimento da sua legitimidade de governação, verificando se existem ou não alternativas viáveis ao regime em vigor (Przeworski, 1986). Um governo é legítimo se os cidadãos desse Estado o considerarem como tal. Por este motivo, em democracia, o governo é eleito através do voto do cidadão.

O problema de falta de legitimidade afeta claramente a UE. O ceticismo sobre o funcionamento desta instituição prende-se sobretudo com a ideia de que existe um défice democrático (Warleigh-Lack, 2003), que vem contradizer os pressupostos da UE sobre democracia, liberdade e igualdade de direitos. Ora, se no seio da UE existem algumas dúvidas sobre o seu carácter democrático, naturalmente que essa imagem passa para os países não pertencentes à União. Como consequência, algumas intervenções que se dizem em prol da democracia ficam desde logo marcadas pela negativa por haver uma contradição entre valores defendidos e ações executadas pela UE.

Uma transição democrática verdadeiramente concluída deriva também da consideração dos aspetos culturais do país. Um país com regiões separatistas, como é o caso da Geórgia, corre maiores riscos que as transições para a democracia fracassem, uma vez que não existe o sentimento de pertença àquela comunidade (Rustow, 1970). Deste modo, o ideal de em conjunto se alcançar uma democracia estável ficou por se cumprir.

Tendo em conta a importância das transições democráticas na Geórgia e na Tunísia para o sistema internacional, neste ensaio, procurou-se fazer uma comparação da atuação da UE nos dois casos. Com vista a que no futuro a UE consiga reforçar a sua

relação com outros países que estejam em transição para a democracia, apresentam-se de seguida algumas possíveis estratégias a seguir.

A exposição das teorias sobre transições democráticas no primeiro capítulo desta dissertação teve como objetivo fornecer explicações teóricas para o desempenho das transições democráticas na Geórgia e na Tunísia. A abordagem teórica feita no primeiro capítulo evidencia a superficialidade da assunção de que ambas as transições foram em prol da democracia.

De facto, foi esse o objetivo principal da UE, que considera a democratização como a chave para uma melhor governação, o respeito dos direitos humanos e o crescimento económico, ou seja, um dos vetores principais para o funcionamento do Estado de Direito (UE - Serviço de Ação Externa, s.d.d). O conceito de democracia utilizado nesta dissertação não se resume apenas à realização de atos eleitorais mas implica o respeito pelos direitos e deveres de cada cidadão. Talvez seja por isso que o conceito de cidadania está automaticamente ligado ao de democracia. Num país democrático, cada indivíduo tem um papel na sociedade, contribuindo não só para o crescimento do país nas várias vertentes - económica, política, social - como também para se manifestar quando existe descontentamento sobre quem governa. Sendo assim, não existe democracia sem cidadania.

Partindo deste princípio, o despoletar tanto da Revolução das Rosas como da Revolução Jasmim, fez com que a UE iniciasse uma série de políticas em prol da democratização de ambos os países. Assumindo que este era o principal intuito da intervenção europeia, como foi anteriormente mencionado, esta dissertação conclui que o seu papel foi bastante redutor e que a atuação da UE foi irrelevante. Para além de explicações teóricas relacionadas com a falta de tempo para a consolidação de democracia, assim como o historial autoritário de ambos os países, foi importante estudar o papel da instituição UE assim como a preponderância de outros países para o incremento ou atraso destas transições. Tanto o caso da Tunísia como o da Geórgia foram considerados à partida casos de sucesso. A aproximação ao Ocidente, traduzida pela força das relações económicas no que respeita à Tunísia e pela vontade da Geórgia aderir à OTAN e à UE acabou por não ser uma mais-valia para a ocorrência de uma transição democrática

verdadeiramente consolidada face ao conjunto de adversidades à democratização destes países.

Na realidade, as ligações da Geórgia ao Ocidente não comprovam a sua vontade em se aliar a uma democracia tipicamente ocidental, uma democracia liberal, capitalista, ligada aos mercados. Embora os líderes georgianos produzam discursos nesse sentido, o seu comportamento foi exatamente o inverso. Se por um lado, existiram avanços no combate à corrupção, por outro, a crescente concentração de poderes no Presidente georgiano põe em causa os princípios democráticos (Papava, 2006). A afirmação “*Georgia is a beacon of liberty for the region and the world*” (BBC News, 2005: 1) proferida por George W. Bush em 2005 mostra claramente esta precipitação do Ocidente em considerar a Geórgia um exemplo para a democracia. Não obstante o facto da atuação da UE na Tunísia ter sido tardia e marcada por inúmeras contradições, é também de salientar a sua inércia na forma como agiu. Uma atuação que se pedia ser rápida e eficaz acabou por ser lenta e ineficiente, ilustrada pelo conjunto de programas financeiros que em termos práticos tiveram pouca utilidade.

Claramente que os limites da UE se resumem em ambos os casos a um problema geral: a incapacidade de estabelecer um contacto mais próximo com os cidadãos, pois como foi mencionado no início desta conclusão são eles a chave para uma democracia consolidada. Esta aproximação aos cidadãos passa por promover uma sociedade civil mais ativa.

Um país como a Geórgia que se encontra, embora não abertamente, em conflito quer com os seus vizinhos quer com os seus próprios habitantes não consegue que a democracia funcione em pleno, uma vez que o conceito de democracia pressupõe que exista estabilidade. Sem dúvida que para resolver esses conflitos, são necessárias instituições, instituições que, como a UE, promovam ideais democráticos (Przeworski, 1986). Resta no entanto que seja reconhecida a sua legitimidade para atuar, sendo que, para isso, é fulcral que também ela resolva os seus problemas internos.

Neste contexto, uma cooperação mais assertiva entre UE e EUA é completamente desejável. Contudo, para o bom funcionamento desta ação conjunta devem ser analisadas e superadas as diferenças no que respeita ao modo de atuação de cada um destes atores. No

fundo, a UE e os EUA modelam a sua intervenção consoante os diferentes passados históricos, as suas estruturas políticas e o papel geopolítico que cada um exerce no sistema internacional (Whitehead, 1986). Motivados por interesses diferentes, para além do da democratização da Geórgia e da Tunísia, quer os EUA quer a UE seguiram, nos dois casos, rumos diferentes para atingir o seu propósito. Nesse sentido, faltou a existência de um sentimento de visão partilhada (Dadush e Dunne, 2011: 142), que é também um problema que afeta os georgianos e os tunisinos. Uma visão partilhada exige que os interesses de cada um não estejam acima dos interesses em comum e que, portanto, se consiga analisar quais são os interesses das partes em chegar a um consenso que permita a obtenção de um bem maior (Dadush e Dunne, 2011: 143). Este problema sem dúvida que assombrou a eventual preponderância da UE, quando ocorreu o conflito entre a Geórgia e a Ossétia do Sul, em 2008, ou quando surgiram alguns desentendimentos sobre a postura que a União iria adotar na Primavera Árabe.

Com os problemas internos da UE à vista de todos, claro que é impossível transpor os seus ideais para os países em questão. A falta de consenso reinou durante toda a intervenção da UE, evidenciando-se, por exemplo, em aumentos de orçamento para o segundo Programa Indicativo da Geórgia, quando na verdade este deveria ser inferior ao primeiro (UE - Serviço de Ação Externa, 2007; Comissão Europeia, 2010). Por outras palavras, a atribuição de mais recursos financeiros, prevista no segundo programa, para despesas relacionadas com a estabilidade política, económica e social do país revelou que os ideais democráticos na Geórgia não estavam cimentados. Para além disso, esta falta de consenso e de visão partilhada impediu que a União tomasse uma atitude mais concertada, introduzindo políticas coerentes e controlando a forma como os fundos eram utilizados.

O afastamento dos cidadãos ficou também marcado pela falta de incrementação dos valores sociais traduzidos por medidas que apoiassem, por exemplo, a educação. Um contacto mais próximo com os cidadãos passa pela realização de iniciativas que remetam para questões que afetem o seu dia-a-dia e que não tenham apenas um carácter político. Países etnicamente diferentes, como é o caso da Geórgia, ou com posições religiosas altamente fundamentalistas, como acontece na Tunísia, desafiam a que a UE promova os princípios de diálogo, nomeadamente de diálogo intercultural, que remete para o respeito entre culturas, tendo em conta a sua religião e as suas tradições (Conselho da Europa, s.d.).

Este diálogo intercultural deve ser desenvolvido não só internamente, dentro de cada país, como também externamente, entre a UE e os países em questão. De facto, as relações UE-Geórgia e UE-Tunísia ilustram a tensão entre Ocidente e Oriente que em nada favorece o estabelecimento de relações prósperas. Assim sendo, é preciso desvanecer a visão imperialista que os países orientais têm dos países do Ocidente. Isto consegue-se com a melhoria das relações económicas que, de facto, em ambos os casos, se verificou, como também com políticas atrativas que promovam a integração informal no espaço europeu.

A promoção do diálogo intercultural é o grande passo para que países internamente fragmentados consigam a estabilidade necessária para a consolidação da democracia. Deste modo, a disponibilidade da UE para ouvir os cidadãos destes países assim como apoiar as transições que ocorram nesses territórios, deve ser total e a uma só voz. O sucesso destas transições vai potenciar o surgimento de outras transições democráticas no futuro, sendo que a própria UE sairá claramente beneficiada e prestigiada nestes processos.

Referências Bibliográficas

- ADLE (s.d.) "The EU and Georgia"
http://www.alde.eu/fileadmin/docs/documents/Background_notes/FT-ADLE-Caucase-en.pdf [26 de janeiro de 2014].
- Aliboni, Roberto (2011) "The International Dimension of the Arab Spring" *The International Spectator*. 46-4, 5-9.
- Allison, Roy (2008) "Russia resurgent? Moscow's campaign to 'coerce Georgia to peace'" *International Affairs*. 84-6, 1145-1171.
- Arnold, Chloe (2004) "S Ossetia peace talks falter", BBC News, 1 de julho, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/3857649.stm> [13 de março de 2014].
- Asseburg, Muriel (2013) "The Arab Spring and the European Response" *The International Spectator: Italian Journal of International Affairs*. 48-2, 47-62.
- Aydin, Gülşen (2011) "Economic Change and Development in Georgia After the Rose Revolution: a Boost to the Mikheil Saakashvili's Consolidation of Authority" *ZKU Journal of Social Sciences*. 7-14, 35-50.
- Babayan, Nelli (2012) "'Fear or Love Thy Neighbourhood'? The Eu Framework for Promoting Regional Cooperation in the South Caucasus" *Journal of Contemporary European Research*. 8-1, 40-56.
- Bardakçı, Mehmet (2010) "EU Engagement in Conflict Resolution in Georgia: Towards a More Proactive Role" *Caucasian Review of International Affairs*. 4 (3), 214-236.
- BBC News (1999) "World: Europe: Russia hit by new Islamic offensive", 5 de setembro, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/438691.stm> [28 de fevereiro de 2014].
- BBC News (2003) "People power forces Georgia leader out", 24 de novembro, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/3231534.stm> [10 de maio de 2014].
- BBC News (2004) "Profile: Mikheil Saakashvili", 25 de janeiro, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/3231852.stm> [2 de maio de 2014]

BBC News (2008) "Georgia-Russia tensions ramped up", 30 de abril, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7374546.stm> [13 de março de 2014].

BBC News (2008a) "Putin holds 'positive' Nato talks". <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7329905.stm> [14 de abril de 2014].

BBC News (2010) "US and Russia announce deal to cut nuclear weapons". <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/8589385.stm> [17 de abril de 2014].

BBC News (2011a) "Libya: Catherine Ashton opens EU office in Benghazi". <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-13494248> [15 de abril de 2014].

BBC News (2011b) "Libya: US, UK and France attack Gaddafi forces". <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-12796972> [15 de abril de 2014].

Beetham, David (1993) "Liberal Democracy and the Limits of Democratization" in Held, David (ed.) *Prospects for Democracy: North, South, East, West*. Cambridge: Polity Press, 55-73.

Berman, Ilan (2004) "The New Battleground: Central Asia and the Caucasus" *The Washington Quarterly*. 28-1, 59-69.

Bicchi, Federica (2010) "Dilemmas of implementation: EU democracy assistance in the Mediterranean" *Democratization*. 17-5, 976-996.

Blatt, Judy (2003), "The Eu's new borderland". *Centre for European Reform: Working Paper*.

http://www.cer.org.uk/sites/default/files/publications/attachments/pdf/2011/wp483_borderlands_batt-2258.pdf .

Blomfield, Adrian e Kirkup, James (2008) "Stay away, Vladimir Putin tells Nato". *The Telegraph*. 5 de abril, <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/1584027/Stay-away-Vladimir-Putin-tells-Nato.html> [17 de abril de 2014].

Bonde, Jens-Peter (2011) "The European Union's Democratic Deficit: How to Fix It" *The Brown Journal of World Affairs*. 17-2, 147-162.

Bowker, Mike (2011) "The war in Georgia and the Western response" *Central Asian Survey*. 30-2, 197-211.

Broers, Laurence (2005) "After the 'revolution': civil society and the challenges of consolidating democracy in Georgia" *Central Asian Survey*. 24-3, 333-350.

Business Wire (2008) "Remarks by Vice President Cheney at the Ambrosetti Forum" http://www.businesswire.com/news/home/20080906005018/en/Remarks-Vice-President-Cheney-Ambrosetti-Forum#.U0_qoZUU9jo [14 de abril de 2014].

Byrne, Eileen (2013) "Tunisian opposition leader shot dead", *The Guardian*, 7 de fevereiro, <http://www.theguardian.com/world/2013/feb/06/tunisian-politician-shot-dead> [20 de abril de 2014].

Carnegie Endowment (2010) *The Military Doctrine of the Russian Federation*, aprovada em 5 de fevereiro de 2010, http://carnegieendowment.org/files/2010russia_military_doctrine.pdf.

Comissão Europeia (2007) *Georgia National Indicative Programme 2007-2010*. http://eeas.europa.eu/enp/pdf/pdf/country/enpi_csp_nip_georgia_en.pdf

Comissão Europeia (2010) *Georgia National Indicative Programme 2011-2013*. http://eeas.europa.eu/enp/pdf/pdf/country/2011_enpi_nip_georgia_en.pdf

Comissão Europeia (2011) *A Partnership for Democracy and Shared Prosperity with the Southern Mediterranean*. http://eeas.europa.eu/euromed/docs/com2011_200_en.pdf.

Comissão Europeia (2011a) *Action Fiche for the Southern Neighbourhood region programme: Support for partnership, reforms and inclusive growth (SPRING)*. http://ec.europa.eu/europeaid/documents/aap/2011/af_aap-spe_2011_enpi-s.pdf

Comissão Europeia (2011b) "Política europeia de vizinhança" http://ec.europa.eu/economy_finance/international/neighbourhood_policy/index_pt.htm [22 de janeiro de 2014].

Comissão Europeia (2012) "European Instrument for Democracy & Human Rights (EIDHR)" http://ec.europa.eu/europeaid/how/finance/eidhr_en.htm [15 de abril de 2014].

Comissão Europeia (2012a) "Human Rights and democracy" http://ec.europa.eu/europeaid/what/human-rights/index_en.htm [13 de abril de 2014].

Comissão Europeia (2013) "Lampedusa follow up: concrete actions to prevent loss of life in the Mediterranean and better address migratory and asylum flows" http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-1199_en.htm [20 de maio de 2014].

Comissão Europeia (2013a) "Russia" <http://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/countries/russia/> [16 de abril de 2014].

Comissão Europeia (2013b) "Tunisia" <http://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/countries/tunisia/> [1 de fevereiro de 2014].

Comissão Europeia (2014) "EU-Tunisia Entrepreneurship Council gives a voice to businesses" http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/tajani/documents/20140219-eu-tunisia_en.pdf [15 de abril de 2014].

Comissão Europeia (2014a) "President Barroso hails the success of the Tunisian constitutional project" http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/president/news/archives/2014/02/20140212_2_en.htm [16 de abril de 2014].

Connolly, Kevin (2008), "US has only tough talk for Russia", 12 de agosto, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/7555806.stm> [9 de março de 2014].

Conselho da Europa (s.d.) "Intercultural dialogue" http://www.coe.int/t/dg4/intercultural/concept_EN.asp [8 de abril de 2014].

Countryeconomy.com (s.d.) "Georgia - Corruption Perceptions Index" <http://countryeconomy.com/government/corruption-perceptions-index/georgia> [7 de abril de 2014].

Crum, Ben (2005) "Tailoring Representative Democracy to the European Union: Does the European Constitution Reduce the Democratic Deficit?" *European Law Journal*. 11-4, 452-467.

Curry, Jane L.; Göedl, Doris (2012) "Why 'Together We Are Strong' does not work" *Communist and Post-Communist Studies*. 45, 65-76.

Dadush, Uri e Dunne, Michele (2011) "American and European Responses to the Arab Spring: What's the Big Idea?" *The Washington Quarterly*. 34-4, 131-145.

Daily Mail (2011) "Nike workers 'kicked, slapped and verbally abused' at factories making Converse" <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2014325/Nike-workers-kicked-slapped-verbally-abused-factories-making-Converse-line-Indonesia.html> [3 de dezembro de 2013].

Dalje.com (2014) "Josipovic, Leko hope EP election campaign to revolve around European topics" <http://dalje.com/en-croatia/josipovic-leko-hope-ep-election-campaign-to-revolve-around-european-topics/504404> [10 de abril de 2014].

Dean, Jonathan (1999) "OSCE and NATO: Complementary or Competitive Security Providers for Europe" in IFSH (ed.) *OSCE Yearbook 1999*. Baden-Baden: Nomos, 429-434.

Del Sarto, Raffaella A.; Schumacher, Tobias (2005) "From EMP to ENP: What's at Stake with the European Neighbourhood Policy towards the Southern Mediterranean?" *European Foreign Affairs Review*. 10, 17-38.

Devdariani, Jaba (2004) "Georgia: Rise and Fall of the Façade Democracy" *Demokratizatsiya*. 12-1, 79-115.

DevelopmentPortal.eu (2013) "National indicative programmes (NIPs)" <http://www.developmentportal.eu/wcm/cooperation/acp-programming/programming-references/country-and-regional-programming/national-indicative-programmes-nips.html> [14 de maio de 2014].

Emerson, Michael (2012) "Just Good Friends? The European's Union Multiple Neighbourhood Policies" *The International Spectator: Italian Journal of International Affairs*. 46-4, 45-62.

Embaixada dos Estados Unidos na Tunísia (s.d.) "Tunisian American Relations" <http://tunisia.usembassy.gov/tunisian-american-relations.html> [24 de março de 2014].

Eriş, Özgür Ünal (2012) "European Neighbourhood Policy as a tool for stabilizing Europe's Neighbourhood" *Southeast European and Black Sea Studies*. 12-2, 243-260.

Fawn, Rick (2012) "Georgia: Revolution and War" *European Security*. 21-1, 1-4.

Freire, Maria Raquel (2011) *A Rússia de Putin: vectores estruturantes de política externa*. Coimbra: Edições Almedina.

Georgian News Tv (2010) "Gazprom intends to buy Baku-Tbilisi-Ceyhan pipeline", 10 de setembro, <http://www.georgianews.ge/business/35-gazprom-intends-to-buy-baku-tbilisi-ceyhan-pipeline.html> [20 de fevereiro de 2014].

GFP (2014) "Countries Ranked by Military Strength (2014) by Country" <http://www.globalfirepower.com/countries-listing.asp> [22 de março de 2014].

Gorenburg, Dmitry (2012) "Why Russia Supports Repressive Regimes in Syria and the Middle East" *PONARS Euroasia Policy Memo*. 198, 1-5.

Governo da Geórgia (2008) "Programme of the government" http://www.government.gov.ge/index.php?lang_id=ENG&sec_id=41&info_id= [10 de maio de 2014].

Governo dos Estados Unidos da América (s.d.) *The Constitution of the United States* <http://www.usconstitution.net/const.pdf> [12 de março de 2014].

Gutterman, Steve (2014) "Five convicted of killing Russian journalist Politkovskaya". *Reuters*, 20 de maio, <http://www.reuters.com/article/2014/05/20/us-russia-politkovskaya-idUSBREA4J0S020140520> [30 de maio de 2014].

Held, David (1993) "Democracy: From City-States to a Cosmopolitan Order?" in Held, David (ed.) *Prospects for Democracy: North, South, East, West*. Cambridge: Polity Press, 13-52.

Hirst, Paul (1993) "Associational Democracy" in Held, David (ed.) *Prospects for Democracy: North, South, East, West*. Cambridge: Polity Press, 112-135.

IIP Digital (2011) "Clinton at National Democratic Institute's Awards Dinner" <http://iipdigital.usembassy.gov/st/english/texttrans/2011/11/20111108084112su0.1240002.html#ixzz2ww9Ilmcg> [11 de março de 2014].

Index Mundi (2011) "Produto Interno Bruto (PIB) (bilhões \$)" <http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=gg&v=65&l=pt> [10 de abril de 2014].

Jakopovich, Dan (2007) "The 2003 "Rose Revolution" in Georgia: A Case Study in High Politics and Rank-and-File Execution" *Debatte: Journal of Contemporary Central and Eastern Europe*. 15-2, 211-220.

Jornal de Notícias (2011) "Euro/Crise: Começa reunião entre Sarkozy e Merkel sobre salvamento da zona euro", 5 de dezembro, http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=2167481 [28 de abril de 2014].

Jones, Stephen F. (2006) "The Rose Revolution: A Revolution without Revolutionaries?" *Cambridge Review of International Affairs*. 19-1, 33-48.

Khelashvili, George (2010) "External Forces, Nationalism, and the Stagnation of Democratization in Georgia" *PONARS Policy Memo*. 104, 1-6.

Kukhianidze, Alexandre (2009) "Corruption and organized crime in Georgia before and after the 'Rose Revolution'" *Central Asian Survey*. 28-2, 215-234.

Lambert, Olly (2011) "Italy's Lampedusa left in crisis after Arab Spring". *BBC News*, 14 de junho, <http://www.bbc.com/news/world-europe-13747558> [8 de abril de 2014].

Lavenex, Sandra (2008) "A governance perspective on the European neighbourhood policy: integration beyond conditionality?" *Journal of European of Public Policy*. 15(6), 938-955.

Linz, Juan J. (1990) "Transitions to Democracy" *The Washington Quarterly*. 13(3), 143-164.

Lipset, Seymour Martin (1959) "Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy" *The American Political Science Review*. 53(1), 69-105.

Malashenko, Alexey (2013) *Russia and the Arab Spring*. Moscow: Carnegie Moscow Center

- March, Luke (2011) "Is Nationalism Rising in Russian Foreign Policy? The Case of Georgia" *Demokratizatsiya*. 19, 187-207.
- Marcus, Jonathan (2008) "Nato disagreements still simmer". *BBC News*, 3 de dezembro, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/7762601.stm> [11 de abril de 2014].
- Miller, David (1992) "Deliberative Democracy and Social Choice" *Political Studies*. 40, 54-67.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa (2013) "Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation" http://www.mid.ru/brp_4.nsf/0/76389FEC168189ED44257B2E0039B16D [6 de março de 2014].
- Ministério dos Negócios Estrangeiros da Geórgia (2014) "Relations Between Georgia and the United States of America" http://www.mfa.gov.ge/index.php?lang_id=ENG&sec_id=268 [11 de maio de 2014].
- Mitchell, Lincoln A. (2006) "Democracy in Georgia Since the Rose Revolution". *Orbis*. 50(4), 669-676.
- Mitchell, Lincoln (2013) "What's Next for Georgia? The End of the Rose Revolution". *World Affairs*. 75-82.
- Monshipouri, Mahmood; Assareh, Ali (2011) "The New Middle East and the United States: What to Expect After the Uprisings?" *Insight Turkey*. 13 (3), 121-138.
- Murphy, Francois e Mackenzie, James (2008) "France won't back Ukraine and Georgia NATO bids". *Reuters*, 1 de abril, <http://www.reuters.com/article/2008/04/01/us-nato-france-ukraine-idUSL0115117020080401?feedType=RSS&feedName=worldNews> [16 de abril de 2014].
- Nasser, Reginaldo (2011) "Turbulências no Mundo Árabe: rumo a uma nova ordem?" *Revista Tempo do Mundo*. 3-2, 141-170.
- Nye, Joseph S. (1990) "Soft power" *Foreign Policy*. 80, 153-171.

Nye, Joseph (2002) "Hard and Soft Power in a Global Information Age" in Leonard, Mark (eds.) *Re-Ordering the World*. London: Foreign Policy Centre, 2-10.

Observatory of Economic Complexity (s.d.) "Produtos que a Tunísia importa da Rússia (2011)" http://atlas.media.mit.edu/explore/tree_map/hs/import/tun/rus/show/2011/ [9 de março de 2014].

O'Donnell, Guillermo e Schmitter, Philippe C. (1986) "Defining Some Concepts (and Exposing Some Assumptions)" in O'Donnell, Guillermo e Schmitter, Philippe C. (eds.) *Transitions From Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore: Johns Hopkins Univeristy Press, 6-14.

O'Donnell, Guillermo e Schmitter, Philippe C. (1986) "Convoking Elections (and Provoking Parties)" in O'Donnell, Guillermo e Schmitter, Philippe C. (eds.) *Transitions From Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore: Johns Hopkins Univeristy Press, 57-64.

Omelicheva, Mariya Y. (2010) "Between Commitment and Pragmatism: Assessing International Influence on Human Rights Practices in Georgia" *Journal of Human Rights*. 9, 445–466.

OPPD (2009) "Democracy Revisited - Which Notion of Democracy for the EU's External Relations?" http://www.europarl.europa.eu/pdf/oppd/Page_1/OPPD-Democracy_revisited.pdf [13 de janeiro de 2014].

Organização das Nações Unidas (2012) "Georgia: UN condemns prisoner abuses exposed in television footage". *UN News Centre*, <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=42949#.U8UVOLFgF-A> [9 de abril de 2014].

OTAN (s.d.) "Crisis management" http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_49192.htm [10 de novembro de 2013].

OTAN (s.d.a) "NATO-EU: a strategic partnership" http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_49217.htm [20 de abril de 2014].

OTAN (s.d.b), "What is NATO?" <http://www.nato.int/nato-welcome/index.html> [12 de abril de 2014].

OTAN (2013) "Georgia: now the top non-NATO troop contributor in Afghanistan" http://www.nato.int/cps/en/natolive/news_101633.htm?selectedLocale=en [20 de abril de 2014].

Ozkan, Guner (2012) "Democracy factor between Georgia and russia" *OAKA*. 182-185.

Parekh, Bhikhu (1992) "The Cultural Particularity of Liberal Democracy" *Political Studies*. 40, 160-175.

Parlamento da Geórgia (2006) *The Constitution of Georgia*. http://www.parliament.ge/files/68_1944_951190_CONSTIT_27_12.06.pdf .

Papava, Vladimer (2006) "The Political Economy of Georgia's Rose Revolution" *Orbis*. 50-4, 657-667.

Perthes, Volker (2011) "Europe and the Arab Spring" *Survival: Global Politics and Strategy*. 53-6, 73-84.

Petrov, Nikolai (2005) "From Managed Democracy to Sovereign Democracy: Putin's Regime Evolution in 2005". *PONARS Policy Memo*, 396, http://www.ponarseurasia.org/sites/default/files/policy-memos-pdf/pm_0396.pdf [14 de março de 2014].

Powel, Brieg Tomos (2009) "A clash of norms: normative power and EU democracy promotion in Tunisia" *Democratization*. 16 (1), 193-214.

President of Russia (2006) "Transcript of the Press Conference for the Russian and Foreign Media" http://archive.kremlin.ru/eng/speeches/2006/01/31/0953_type82915type82917_100901.shtml [26 de fevereiro de 2014]

President of Russia (2008), "Press Statement following Negotiations with French President Nicolas Sarkozy"

http://archive.kremlin.ru/eng/speeches/2008/08/12/2100_type82912type82914type82915_205208.shtml [11 de maio de 2014].

Priego, Alberto (2010) "The Atlantic Alliance in Eurasia: A Different Player?" in Maria Raquel Freire e Roger E. Kanet (eds.), *Key players and regional dynamics in Eurasia: the return of the 'Great Game'*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Przeworski, Adam (1986) "Some Problems in the Study of the Transition to Democracy" in O'Donnell, Guillermo; Schmitter, Philippe C. e Whitehead, Laurence (eds.) *Transitions From Authoritarian Rule: Comparative Perspectives*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 47-63.

Przeworski, Adam (1988) "Democracy as a contingent outcome of conflicts" in Elster, Jon e Slagstad, Rune (eds.) *Constitutionalism and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 59-80.

RT (2012) "Putin blames West for global chaos" <http://rt.com/politics/putin-west-syria-russia-chaos-128/> [13 de março de 2014].

Rustow, Dankwart A. (1970) "Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model" *Comparative Politics*. 2-3, 337-363.

Scharpf, Fritz (2000) *Gouverner l'Europe*. Paris: Presses de Sciences Po.

Schimmelfennig, Frank (2007) "Europeanization beyond Europe" *Living Reviews in European Governance*. 2-1, 4-22.

Schmidt, Vivien A. (2013) "Democracy and Legitimacy in the European Union Revisited: Input, Output and 'Throughput'" *Political Studies*. 61-1, 2-22.

Sorkin, Jerry (2001), "The Tunisian Model" *Middle East Quarterly*. 25-29.

Stepan, Alfred (1986) "Paths toward Redemocratization: Theoretical and Comparative Considerations" in O'Donnell, Guillermo; Schmitter, Philippe C. e Whitehead, Laurence (eds.) *Transitions From Authoritarian Rule: Comparative Perspectives*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 64-84.

Šustrová, Petruška (2007) "Georgia, the Thorn in Russia Side" *The New Presence*. 1, 51-53.

Tatum, Jesse David (2009) "Democratic Transition in Georgia: Post-Rose Revolution Internal pressures on leadership" *Caucasian Review of International Affairs*. 3-2, 156-171.

Tchantouridze, Lasha (2008) "On the Results of the Special Presidential Elections in Georgia" *Central Asia and the Caucasus*. 1-49, 7-15.

The President of Georgia Georgi Margvelashvili (2011) "Biography" <https://www.president.gov.ge/en/President/Biography> [20 de fevereiro de 2014].

Tsygankov, Andrei P. e Tarver-Wahlquist, Matthew (2009) "Duelling Honors: Power, Identity and the Russia–Georgia Divide" *Foreign Policy Analysis*. 5, 307-326.

UE - Serviço de Ação Externa (s.d.) "Eastern Partnership" http://eeas.europa.eu/eastern/index_en.htm [28 de janeiro de 2014].

UE - Serviço Ação Externa (s.d.a) "EU-Georgia Association Agreement" http://eeas.europa.eu/georgia/assoagreement/assoagreement-2013_en.htm [10 de janeiro de 2014].

UE - Serviço de Ação Externa (s.d.b) "European Neighbourhood Policy" http://eeas.europa.eu/enp/index_en.htm [10 de janeiro de 2014].

UE - Serviço de Ação Externa (s.d.c) "Georgia" http://eeas.europa.eu/georgia/index_en.htm [12 de maio de 2014].

UE - Serviço de Ação Externa (s.d.d) "The EU and human rights" http://eeas.europa.eu/human_rights/index_en.htm [17 de março de 2014].

UE - Serviço de Ação Externa (2007) *Georgia National Indicative Programme 2007-2010*. http://eeas.europa.eu/enp/pdf/pdf/country/enpi_csp_nip_georgia_en.pdf.

UE e Geórgia (2006) *EU/Georgia Action Plan* http://eeas.europa.eu/enp/pdf/pdf/action_plans/georgia_enp_ap_final_en.pdf.

UE e Tunísia (2005), *EU/Tunisia Action Plan*.

UN (2012) "Georgia: UN condemns prisoner abuses exposed in television footage". UN News Centre, <http://www.un.org/apps/news/story.asp/story.asp?NewsID=42949&Cr=Georgia&Cr1=#.U1cynJUU9jo> [9 de abril de 2014].

União Europeia - UE (s.d.) "Comissão Europeia" http://europa.eu/about-eu/institutions-bodies/european-commission/index_pt.htm [11 de janeiro de 2014].

União Europeia - UE (2007) "Programa MEDA" http://europa.eu/legislation_summaries/external_relations/relations_with_third_countries/mediterranean_partner_countries/r15006_pt.htm [12 de abril de 2014].

União Europeia - UE (2007a), "The 2004 enlargement:the challenge of a 25-member EU" http://europa.eu/legislation_summaries/enlargement/2004_and_2007_enlargement/e50017_en.htm [14 de maio de 2014].

União Europeia - UE (2008) *Versão Consolidada do Tratado da União Europeia* <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2008:115:0013:0045:pt:PDF>

União Europeia - UE (2011) "EU response to the Arab Spring: the SPRING Programme" http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-11-636_en.htm?locale=en [20 de março de 2014].

União Europeia - UE (2013) "EU response to the Arab Spring: the SPRING Programme" [http://europa.eu/rapid/press-release MEMO-11-636_en.htm?locale=en](http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-11-636_en.htm?locale=en) [18 de abril de 2011].

UN - Department of Political Affairs (2012) "Elections in the Arab World - UN assistance" http://www.un.org/wcm/content/site/undpa/main/enewsletter/news0212_elections [12 de maio de 2014].

União para o Mediterrâneo (s.d.) "Objectives" <http://ufmsecretariat.org/objectives/> [28 de janeiro de 2014].

União para o Mediterrâneo (2013) "History" <http://ufmsecretariat.org/history/> [15 de abril de 2014].

União para o Mediterrâneo (2013a) "Ufm Countries" <http://ufmsecretariat.org/ufm-countries/> [15 de abril de 2014].

UN News Centre (2011) "Russia and China veto draft Security Council resolution on Syria" <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=39935#.U5rjVbFOxco> [13 de maio de 2014].

Van Hüllen, Vera (2011) "Europeanisation through Cooperation? EU Democracy Promotion in Morocco and Tunisia" *West European Politics*. 35-1, 117-134.

Ware, Alan (1992) "Liberal Democracy: One Form or Many?" *Political Studies*. 40, 130-145.

Warleigh-Lack, A. J. (2003) *Democracy in the European Union: Theory, Practice and Reform*. London: SAGE Publications.

Whitehead, Laurence (1986) "International Aspects of Democratization" in O'Donnell, Guillermo; Schmitter, Philippe C. e Whitehead, Laurence (eds.) *Transitions From Authoritarian Rule: Comparative Perspectives*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 3-46.

Wivel, Anders (2010) "Were we all Georgians? Explaining US policy in the Russo-Georgian War". *Paper prepared for the panel 'The Changing Geopolitics of Small States' at 51st Annual Convention of the International Studies Association*, 1-24.

Yiğit, Dilek (2010) "Democracy in the European Union from the Perspective of Representative Democracy" *Uluslararası Hukuk ve Politika*. 6-2, 119-145.

Zgurić, Borna (2012), "Challenges for democracy in countries affected by the 'Arab Spring'" *Islam and Christian-Muslim Relations*. 23-4, 417-434.

Zoubir, Yahia H. (2012) "Tipping the Balance Towards Intra- Maghreb Unity in Light of the Arab Spring" *The International Spectator: Italian Journal of International Affairs*. 47-3, 83-99.